

CPI dos Bingos vota relatório sobre GTech

O relatório de 166 páginas, elaborado por Garibaldi Alves, aponta crimes e contravenções cometidos por 34 pessoas e três empresas. Também com agenda cheia nesta semana, a CPI dos Correios ouviu terça-feira o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda.



JANE ARAÚJO

PÁGINAS 8 A 10

Efraim Morais (E), Garibaldi Alves e Mozarildo Cavalcanti dirigem trabalhos da CPI dos Bingos

Renan destaca necessidade de novas regras para evitar prejuízos ao processo legislativo

Após corte de extras, MPs são próximo alvo do Senado

A mudança nas regras para exame das medidas provisórias pelo Congresso, já em discussão no Plenário do Senado, é prioritária, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele acredita que a proposta – juntamente com o fim da remuneração

extra aos parlamentares, aprovado em decisão histórica semana passada – constitui um dos desafios mais relevantes a serem alcançados na convocação extraordinária. Em 2005, a pauta do Senado esteve obstruída durante 65% das sessões de votação.

PÁGINA 6

Congresso examina redução do recesso de 90 para 55 dias

PÁGINA 4

Plenário começa a regulamentar a reforma da Justiça

PÁGINA 6

Projeto integra ações para combater o roubo de cargas

PÁGINA 4

JORGE ARAÚJO/FOLHA IMAGEM



Adoção de crianças pode dar direito a licença

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou a proposta de emenda constitucional que estende a licença-maternidade e paternidade a mães e pais adotivos. O projeto depende ainda de aprovação da Câmara dos Deputados para se tornar lei.

PÁGINA 5

Fábio Paranhos, gerente de recursos humanos, cuida de sua filha adotiva Sofia, 8. Fábio, que permanece solteiro, sempre quis ser pai

cidadania

Segurança: crimes podem ser evitados com cuidados simples

PÁGINA 16

Avança negociação sobre regras para as cooperativas

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza encontros para debater projeto.

PÁGINA 2

Relator crê em mínimo de R\$ 350 a partir de abril

Congresso, governo e centrais sindicais buscam novo valor para o salário mínimo.

PÁGINA 7

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

CONGRESSO *Diário Oficial* da União publica decreto que põe fim ao pagamento de salários extras aos parlamentares



Plenário aprovou de forma simbólica, na quarta-feira, o decreto legislativo que acaba com a ajuda de custo paga aos parlamentares nas convocações extraordinárias

Decreto sepulta salário extraordinário

Já é lei. O *Diário Oficial da União* publicou na quinta-feira o Decreto Legislativo nº 1/06, assinado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que acaba com a ajuda de custo paga aos parlamentares nas convocações extraordinárias. O PDL 60/06 foi aprovado pelo Plenário na sessão de quarta-feira e pela Câmara na noite anterior, e não tem validade sobre a atual convocação.

Um acordo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), promovido pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão, apensou o projeto de decreto legislativo (PDS 569/05) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao da Câmara, facilitando a aprovação do texto sem emendas.

Autor de parecer favorável, em Plenário, Jefferson disse que a aprovação do decreto é uma resposta do Congresso à sociedade, que exigia “medidas de ordem moralizadora”.

Renan Calheiros elogiou a decisão, dizendo que ela atende o desejo da população.

– O Congresso Nacional refle-

te o que a sociedade quer e se essa realidade não for levada em consideração ele perde legitimidade – afirmou, destacando que as correntes políticas precisam continuar a unir forças para aprimorar e realizar “as mudanças que a sociedade reclama”.

Na segunda-feira, antes da votação dos projetos, o Senado e a Câmara foram notificados pela Justiça Federal para que justificassem o pagamento de dois salários extras durante convocação extraordinária. Um juiz federal substituto de Brasília havia concedido liminar em um mandado de segurança, cassada na quinta-feira por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Renan recusou-se a receber a notificação, sob o argumento de que é presidente de um Poder da República e trata o Judiciário com o devido respeito. A oficial de Justiça foi encaminhada à Advocacia do Senado.

Na Câmara, o substitutivo elaborado pelo relator, o primeiro-secretário Inocêncio Oliveira (PL-PE), consolidou quatro propostas e foi aprovado pelo Plenário em votação simbólica.

Apoio à decisão foi praticamente unânime

Os senadores, de forma quase unânime, defenderam a aprovação da medida, aprovada em votação simbólica pelo Plenário. Para Magno Malta (PL-ES), o pagamento extraordinário nas convocações “é um descalabro que já vai tarde”. Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que “quem merece elogios é o povo, pela pressão que exerceu junto aos parlamentares”.

Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou que a pressão popular e da imprensa motivaram a aprovação, mas lembrou que nenhuma categoria corta privilégios se não for pressionada a isso. Amir Lando (PMDB-RO) disse que “a vontade do povo mais uma vez se impôs”. Para Serys Shessarenko (PT-MT), o pagamento “era uma vergonha”, enquanto que, na avaliação de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e de Alvaro Dias (PSDB-PR), o Congresso acompanhou o sentimento da população, que queria a extinção desse direito.

Mesmo favorável à proposição, o senador Gerson Camata

(PMDB-ES) criticou o fato de o Senado ter votado um projeto apresentado há poucos dias na Câmara em detrimento de outros, como um do então senador Paulo Hartung, que já tramitava há vários anos na Casa.

“A decisão contribuirá para a recuperação da imagem do Legislativo”, avaliou Ana Júlia Carepa (PT-PA), mesmo sentimento manifestado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Sibá Machado (PT-AC), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC). Contrário a essa posição, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse temer que a extinção da remuneração extra não seja suficiente para melhorar a opinião da população sobre o Parlamento.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Agripino (PFL-RN) descartaram a hipótese de o Congresso ter aprovado a medida sob pressão da opinião

pública. Eles argumentaram que, como representantes do povo, Câmara e Senado apenas refletiram o desejo da sociedade. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Maguito Vilela (PMDB-GO), Demostenes Torres (PFL-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o corte da ajuda de custo foi uma medida acertada.

Apenas o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) pronunciou-se contra a decisão. Para ele, os senadores vêm perdendo as condições de exercer seus mandatos.

– Temo que os próximos passos sejam tirar as verbas de Correios, de passagens aéreas e de telefone a que os parlamentares têm direito. Infelizmente o Congresso está sendo pautado pela imprensa – lamentou o senador, que é empresário e suplente do ministro Hélio Costa.

Wellington Salgado foi o único a se pronunciar contra a medida

Nos últimos 20 anos, 33 convocações

Nos últimos 20 anos, o Congresso Nacional teve poucos períodos de recesso parlamentar. Entre 1987 e 2006, ocorreram 33 convocações extraordinárias, das quais dez foram sem pagamento de salários extras para os congressistas. A época em que mais houve convocações foi a 49ª Legislatura (1991 a 1995), com dez períodos extraordinários.

Foram duras as críticas da imprensa e da sociedade à falta de resultados concretos do alegado “trabalho extraordinário” dos congressistas, que por ele, muitas vezes, receberam dois salários adicionais, totalizando oito em um espaço de três meses.

Na atual legislatura já ocorreram

cinco convocações, das quais duas sem ônus para os cofres públicos. Se a qualidade do Congresso fosse medida por projetos votados, a convocação de 2000 teria sido uma das mais produtivas: foram aprovadas três emendas constitucionais e criada a Agência Nacional de Águas.

A ajuda de custo aos parlamentares no início e ao término de cada “sessão legislativa” (a cada ano, em termos comuns) começou com a Lei 239, de 1948, segundo levantamento da liderança do PPS na Câmara, mas o pagamento adicional nas convocações extraordinárias foi inserido pelo Decreto Legislativo 7, de 1995.

Além dos vencimentos normais de dezembro, 13º, janeiro e fevereiro, eles recebem os salários extras pelo fim de uma sessão legislativa e início da outra, a título de ajuda de custo. Com a convocação, são acrescentadas mais duas ajudas de custo, uma no início e outra no fim da convocação.

A atual convocação extraordinária de 513 deputados e 81 senadores custará quase R\$ 100 milhões (poucos abriram mão do recebimento e menos de cem anunciaram que vão doar os valores adicionais). Em três meses, os congressistas terão recebido oito salários de R\$ 12.847 – um total de R\$ 102.776.

Recesso com trabalho

Levantamento feito pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara mostra os períodos em que o Parlamento não teve recesso em função de convocações feitas pelo Executivo ou pelo Congresso Nacional:

07/01/91 a 31/01/91	01/07/97 a 25/07/97
17/12/91 a 20/12/91	06/01/98 a 13/02/98
09/01/92 a 31/01/92	04/01/99 a 29/01/99
01/07/92 a 31/07/92	03/02/99 a 12/02/99
16/12/92 a 24/12/92	05/01/00 a 14/02/00
25/12/92 a 31/12/92	16/12/00 a 29/12/00
11/01/93 a 10/02/93	29/01/01 a 14/02/01
11/02/93 a 12/02/93	18/12/01 a 21/12/01
01/07/93 a 30/07/93	07/01/02 a 28/01/02
16/12/93 a 14/02/94	17/12/02 a 20/12/02
16/12/94 a 31/01/95	01/07/03 a 31/07/03
08/01/96 a 14/02/96	16/12/03 a 23/12/03
01/07/96 a 31/07/96	19/01/04 a 13/02/04
17/12/96 a 20/12/96	16/12/04 a 30/12/04
06/01/97 a 06/02/97	16/12/05 a 14/02/06

CONGRESSO Projeto aprovado pelo Senado cria mecanismo para dificultar registro falso de mercadoria roubada

Integração no combate ao roubo de veículos e cargas

O Plenário do Senado Federal aprovou o projeto da Câmara que reforça o combate ao furto e ao roubo de cargas e de veículos com a criação de um sistema de planejamento e ação integrado por diversos órgãos do Poder Executivo, com apoio e cooperação de todos os estados. A proposta, que vai agora à sanção presidencial, também foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a CCJ agora contará com uma subcomissão para estudar o problema.

Uma das medidas previstas na proposta (PLC 141/05) é a exigência, ao condutor de veículo de carga, de autorização específica para conduzi-lo quando esse não for de sua propriedade. A inobservância implicará multa ao motorista. O texto cria ainda mecanismos de identificação de mercadorias, por meio de código, que dificultará o registro falso de cargas roubadas juntamente com lotes de produtos adquiridos legalmente. A idéia é facilitar a produção de provas contra receptadores.

O projeto, de autoria do deputado Mário Negromonte (PL-BA) estabelece que o planejamento e as ações sejam



Relator na CCJ, Tuma apóia sistema para coordenar ação dos órgãos do Executivo

coordenados pelo Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. A proposta foi aprimorada a partir das conclusões da CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) em 2003 e que tinha Negromonte como vice-presidente. Relator na CCJ, Tuma foi favorável à aprovação do projeto, assim como Luiz Otávio

(PMDB-PA) em seu parecer na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Luiz Otávio saudou a iniciativa por tratar de "grave problema que afeta o país". O senador Aelton Freitas (PL-MG) destacou que as medidas previstas pela matéria vão proporcionar "uma melhoria da segurança pública brasileira". Já Magno Malta (PL-ES) sublinhou que o roubo de cargas pode ser caracterizado como crime organizado. Ele propôs a criação de uma comissão permanente para tratar da segurança pública no Brasil, instância que já existe na Câmara.

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) frisou que o crime de roubo de cargas e veículos é uma "preocupação nacional". Ele afirmou que o Brasil não tem estrutura de segurança para combater o crime organizado. Também participaram da discussão os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A proposta determina ainda a criação do Fundo Nacional de Combate ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. Entre outras ações, esse fundo deve financiar campanhas de orientação e esclarecimentos a transportadoras e veículos de cargas em relação a medidas para coibir ações criminosas.



Congresso brasileiro será exemplo para outros países, diz Aldo Rebelo

Câmara reduz o recesso parlamentar para 55 dias

A Câmara aprovou proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias. Foram 466 votos a favor e apenas 1 em contrário. A matéria foi acolhida na forma da emenda aglutinativa do 1º secretário da Casa, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE). O texto aproveitou sugestões de oito PECs que tramitavam na Casa e ainda será votado em segundo turno, quando então segue para exame do Senado, onde já há acordo de lideranças pela aprovação da matéria.

A mudança entra em vigor somente a partir da próxima legislatura, que se inicia em fevereiro de 2007. Atualmente, o recesso ocorre de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro, num total de 90 dias. Pelo texto aprovado, haverá recesso de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 de julho a 31 de julho, num total de 55 dias. No primeiro ano de cada legislatura, no entanto, o recesso na prática terá apenas 54 dias, uma vez que a sessão preparatória para a posse dos deputados é realizada no dia 1º de fevereiro.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, ao elogiar a decisão, ressaltou que o Congresso terá "o menor recesso parlamentar do mundo democrático, tornando-se exemplo e referência para outros países". No Senado, também tramitavam propostas reduzindo o recesso parlamentar, entre elas as PECs 3/00 e 12/00, respectivamente dos então senadores Jader Barbalho (hoje deputado federal) e Paulo Hartung (governador do Espírito Santo).

A Câmara aprovou também decreto legislativo propondo o fim do pagamento de salários extras a deputados e senadores quando há convocação extraordinária do Congresso, hoje fixados em R\$ 12.800 cada. Ficou mantido, no entanto, o pagamento de duas ajudas de custo (no mesmo valor) no início e no final de cada ano legislativo.

O recesso parlamentar transformou-se, segundo Aldo, num fator de desgaste para ao Congresso embora seja, na prática, apenas uma ficção.

– Mesmo com a indignação de dezenas de deputados com as infâmias e calúnias que são levantadas contra o Congresso, é preciso tomar medidas para proteger o mandato de cada um, a instituição e a democracia. O que está em jogo não é o interesse de um deputado ou de um partido, mas o interesse da Instituição – afirmou.

Senado aprova abono para militares das Forças Armadas

A medida provisória que instituiu abono aos militares das Forças Armadas foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal. O benefício será retroativo a outubro de 2005 e extensivo aos que recebem pensão militar. A medida se justificou, segundo o relator-revisor Edison Lobão (PFL-MA), porque, embora o Congresso tenha aprovado projeto que reajusta a tabela de soldo dos militares das Forças Armadas, não haveria tempo para que fosse incorporado à folha de pagamentos. A matéria vai a promulgação.

Na exposição de motivos da Mensagem Presidencial 142/05, explica o relator, o vice-presidente José Alencar diz que a medida é um instrumento legal e ágil capaz de resgatar o compromisso assumido pelo governo com os militares, em atendimento a suas reivindicações por reajuste salarial. Alencar também ressalta que o abono não afeta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Durante a discussão da matéria, Mozaildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou-se favorável a sua aprovação, mas pediu maior empenho do governo em reforçar e modernizar as Forças Armadas.

Heloísa Helena (PSOL-AL) deu voto favorável à matéria, mas ressaltou que o abono será deduzido do aumento já aprovado, além de não servir de base de cálculo para quaisquer vantagens.

– Esse abono é uma migalha, decorrente do esforço das esposas dos militares que se postaram diante do Congresso, pressionando para que o governo respeitasse o compromisso assumido – assinalou.

Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiou a aprovação da proposta e destacou a habilidade de Edison Lobão em conseguir que os militares fossem atendidos.

Gerson Camata (PMDB-ES) fez referência à situação financeira precária das tropas brasileiras no Haiti. Manifestaram-se



Heloísa: "abono é migalha, decorrente do esforço das esposas dos militares"

também favoravelmente à aprovação da medida os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Ramez Tebet (PMDB-MS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Leonel Pavan (PSDB-SC) e José Agripino (PFL-RN).

Edison Lobão disse que, pela Constituição federal, se viu impedido de propor medida que aumentasse despesas, embora fosse seu desejo recompor os salários dos militares.

Acolhidos créditos suplementares para ministérios

O Plenário aprovou quatro medidas provisórias (MPs) que obstruíam a pauta da Casa. Entre elas, três que destinam créditos suplementares no valor total de R\$ 222 milhões para o atendimento de emergências relativas à seca na Amazônia, ao programa de aquisição de alimentos do governo, de urbanização em assentamentos e ao ressarcimento de prejuízos causados pela febre aftosa. As MPs vão agora a promulgação.

A MP 265/05 abre crédito extraordinário no valor de R\$ 33 milhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os recursos serão direcionados às famílias rurais afetadas pela perda de rebanho bovino em decorrência do surto de aftosa ocorrido em 2005, e também para intensificação da vigilância

zoossanitária em áreas de fronteiras.

Recursos são considerados insuficientes pelos senadores

O relator-revisor da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), foi favorável à MP, mas ressaltou que os recursos são escassos e não atendem às necessidades da agropecuária brasileira.

– São apenas R\$ 6 milhões para atender aos prejuízos causados aos produtores. Essa quantia não paga sequer as perdas do Paraná, que equivocadamente foi colocado na zona de risco de aftosa. O governo deveria ter comunicado às autoridades internacionais que o estado não tinha focos na ocasião – protestou.

Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Flávio Arns (PT-PR), Juvêncio da Fonseca

(PSDB-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Agripino (PFL-RN), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Heloísa Helena (PSOL-AL) também criticaram a negligência do governo com a pecuária, ressaltando a importância dessa atividade para o PIB nacional. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu maior incentivo à produção de vacinas no Brasil.

Outra MP aprovada destina R\$ 30 milhões ao Ministério da Integração Nacional para o atendimento a famílias do Amazonas afetadas pela seca de 2005.

Uma terceira medida acolhida destina R\$ 159 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a compra da safra de 40 mil agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

CONGRESSO Senadores aprovam em segundo turno, por unanimidade, medida que assegura direito a trabalhadores

Câmara deve aprovar criação do Fundeb nesta semana

O Plenário da Câmara deve dar prioridade, nesta segunda semana de votações na convocação extraordinária, à proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além da extinção do pagamento de salário extra aos parlamen-

tares, os deputados já aprovaram um projeto de lei, três medidas provisórias e três PECs: a da redução do período de recesso; a que permite a contratação de agentes de saúde sem a necessidade de concurso público; e a que quebra o monopólio da União sobre a produção, a compra e o utilização de radioisótopos para usos médicos, agrícolas e industriais.

Aprovada PEC que regulariza situação dos novos municípios

O Senado aprovou a redação final do substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 12/04 – cujo primeiro subscritor é o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) –, que acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição, excluindo os municípios criados até o ano 2000 dos efeitos da Emenda Constitucional 15, de 1996. A emenda determina que a criação de novos municípios depende de lei estadual, consulta à população e estudo de viabilidade municipal. Entretanto, municípios que já estavam à época com seus processos de emancipação em andamento ficaram prejudicados, encontrando-se, ainda hoje, em situação irregular. A PEC autoriza a emancipação desses municípios, desde que o processo se faça de acordo com a legislação que vigorava anteriormente.

Projeto repassa verbas para sanar déficit de estatal

O projeto de lei da Câmara (PLC 129/05) que autoriza o governo federal a fazer repasses para a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), a fim de sanar o seu déficit de manutenção, foi aprovado pelo Plenário do Senado. A estatal, ligada ao Ministério dos Transportes, está em processo de liquidação. A criação da lei atende a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita em 2001. A Franave foi fundada em 1963.

Iniciado debate sobre novo nome da Zona Franca

Os senadores iniciaram, na quarta-feira, a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04) que modifica o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. As PECs, antes de serem votadas, têm de passar por dois turnos de discussão: o primeiro, com cinco sessões, e o segundo, com três sessões.

Direito de licença para pais adotivos

O Senado aprovou, em segundo turno, por unanimidade, a proposta de emenda constitucional (PEC 31/00) que estende a licença-maternidade e paternidade a mães e pais adotivos. A matéria segue à Câmara dos Deputados, onde também passará por dois turnos de votação.

Em defesa da proposição, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), primeira signatária da PEC, argumenta que a concessão da licença para adotantes é necessária para uma boa adaptação da criança ao novo lar. Acrescenta que os pais adotivos precisam de tempo para se dedicar à criança.

Servidoras públicas já têm direito à licença

A senadora lembrou ainda que o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais já concede licença remunerada para mães adotivas, de 90 dias para bebês de até um ano e de 30 dias para crianças acima dessa idade.

A proposta original previa somente a extensão do benefício às mães adotivas, mas a rela-

tora da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), acolheu em seu parecer emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), prevendo a licença-paternidade em casos de adoção.

Serys Slhessarenko pediu, em Plenário, rapidez para a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados e lembrou que a matéria já foi amplamente discutida e é ponto pacífico entre os senadores. Aloizio Mercadante afirmou que a medida visa estimular a participação dos cidadãos na prática da adoção.

Também manifestaram apoio à proposta durante a discussão em Plenário os senadores Patrícia Saboya (PSB-CE), Heloísa Helena



Serys acolheu emenda de Mercadante, assegurando licença-paternidade em adoção

(PSOL-AL), Romeu Tuma (PFL-SP), Marcelo Crivella (PMR-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), José Agripino (PFL-RN), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Projeto que concede bolsas de estudo vai a sanção

Proposta que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa visando à formação de professores para a educação básica foi aprovada pelo Plenário do Senado. O PLC 128/05, criado a partir de iniciativa do Executivo, vai à sanção do próprio presidente.

O projeto autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação (FNDE) a conceder bolsas no âmbito de programas de formação inicial ou continuada, incluindo-se aí os realizados a distância, desenvolvidos pelo Ministério da Educação. Os valores podem ser de até R\$ 100, R\$ 600, R\$ 900 ou R\$ 1.200, conforme a modalidade da bolsa. Já seus prazos podem ser de até 1, 2 ou 4 anos.

Em seu parecer – favorável – sobre a proposta, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a necessidade de capacitação dos profissionais de ensino e lembrou “o desempenho constrangedor do país em exames internacionais de avaliação de conhecimentos e habilidades de estudantes concluintes do ensino fundamental”.

Presidente argentino visita Congresso Nacional

O presidente da Argentina, Néstor Kirchner, visitou o Congresso Nacional na quarta-feira. Recebido pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, e

por vários líderes partidários, Kirchner discursou em sessão solene conjunta no Plenário do Senado, enaltecendo a integração regional capitaneada por Brasil e Argentina no Mercosul e defendeu a consolidação definitiva do bloco como “opção estratégica”, para “ampliar a voz nos fóruns multilaterais” e fortalecer políticas externas soberanas por parte dos dois países.

Kirchner enfatizou a necessidade de resolver prontamente as pendências da agenda bilateral, advertindo que o contexto internacional passa por “uma etapa de sérias definições”. Sem citar expressamente a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), destacou o posicionamento comum com o Brasil.

– A única área de livre comércio que aceitamos é a que traz benefícios para todos os participantes – disse Kirchner.

O chefe de Estado argentino defendeu o estabelecimento

do Parlamento do Mercosul e pediu empenho no processo de ratificação parlamentar de acordos já celebrados, para que possam entrar em vigor. O presidente da Câmara dos Deputados da Argentina, Alberto Balestrini, também compôs a mesa da sessão solene.

Renan Calheiros exaltou, em seu discurso, o compromisso do Brasil com a aliança estratégica com a Argentina, que vem sendo construída ao longo dos últimos 20 anos. Ele ressaltou que, mesmo nos momentos de maior descrença no aprofundamento dessa aliança, o Congresso Nacional não deixou de acreditar e de apostar no caminho escolhido pelos dois países.

Renan lembrou que essa aliança viveu momentos de euforia conjunta, mas também experimentou situações de desalento, quando as crises financeiras da virada do século trouxeram efeitos negativos sobre o comércio e sobre os investimentos de lado a lado.

Já Aldo Rebelo destacou as

igualdades e os desafios comuns que unem brasileiros e argentinos. A criação do Mercosul, pelos então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, visando acelerar o processo de integração bilateral, foi lembrada por Aldo Rebelo, destacando que, hoje, a tarefa está a cargo do próprio Kirchner e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na opinião do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o maior sócio brasileiro no Mercosul ainda procura soluções para o que chama de “assimetrias” no processo de integração.

– Se quer desenvolver o Mer-

cosul, o governo brasileiro tem de ser mais generoso com a Argentina e reconhecer que há, sim, assimetrias – recomenda Saturnino.



Renan recebe Kirchner: aliança estratégica apoiada pelo Congresso



Congresso realizou sessão solene no Plenário do Senado para saudar Kirchner

CONGRESSO A PEC que altera edição e tramitação de medidas provisórias é tida como fundamental para o Legislativo

Prioridade total para mudar rito de MPs

A mudança do rito por que passam as medidas provisórias no Congresso Nacional, já em discussão no Plenário, é um dos pontos considerados prioritários pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para serem examinados na convocação extraordinária. Ele acredita que a mudança na tramitação de MPs, juntamente com o fim da remuneração extra, aprovado na semana passada, é um dos desafios mais relevantes a serem alcançados nesta convocação extraordinária.

A importância da mudança no trâmite das MPs foi ressaltada, inclusive, em documento apresentado por Renan ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, logo no início da crise política. A certeza do prejuízo causado ao processo legislativo pelas medidas provisórias une a opinião dos parla-

mentares dos partidos de oposição e da bancada governista.

A idéia é que, com novo rito para MPs, o processo legislativo possa fluir naturalmente e não seja mais necessária convocação extraordinária para deliberar sobre matérias.

A questão, freqüente nas conversas entre Renan e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, agora tomou forma de proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) e já cumpriu sua primeira sessão de discussão pelo Plenário do Senado. O senador Antonio

Carlos Magalhães (PFL-BA) assina a PEC em primeiro lugar.

Em 2005, a pauta do Senado Federal esteve obstruída por medidas provisórias durante 65% das sessões destinadas à análise de proposições de lei. PECs, projetos de lei ordinária e complementar, de decreto legislativo e de resolução encontram nas MPs o principal obstáculo. Para viabilizar o andamento das votações, e liberar a pauta, o Senado muitas vezes estendeu suas deliberações até a madrugada.



Líderes definiram principais itens da convocação no início da semana passada

Renan lembra que MPs são causa de convocações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a imprensa tem sido injusta com o Congresso, ao criticar prematuramente a falta de resultados práticos da atual convocação extraordinária.

– A convocação desgastou a imagem do Congresso, mas vamos demonstrar, ao fim e ao

cabo dos seus trabalhos, que ela foi fundamental para votarmos matérias de interesse do país – disse.

Além de alterar as regras da convocação extraordinária, observou Renan, o Senado deve votar o projeto que modifica o rito e a edição das medidas provisórias (PEC 72/05).

– As MPs em excesso retiram a eficácia do Legislativo e são, muitas vezes, a causa de convocações extraordinárias – afirmou.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jefferson Péres (PDT-AM) apoiaram a iniciativa anunciada pelo presidente do Senado.

Agripino apóia votação da proposta que altera rito

O senador José Agripino (PFL-RN) comunicou que, na reunião de líderes convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu que fossem definidos, entre os 31 itens da pauta da convocação extraordinária, os que serão prioridade. Em sua avaliação, o primeiro ponto a ser debatido deveria mesmo ser a PEC 72/05, do senador Antonio

Carlos Magalhães (PFL-BA), que disciplina a edição de medidas provisórias.

– Não reuni a bancada do PFL ainda. Mesmo assim, sugeri que essa PEC, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,



José Agripino

fosse votada pelo Plenário, uma vez que as medidas provisórias têm se constituído no grande entrave para o trabalho legislativo.

Entre as prioridades, ele apontou também as proposições que alteram o Código de Processo Civil.

"Força de lei", só com análise prévia

O Plenário do Senado realiza nesta terça-feira a segunda sessão de discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 72/05. A proposta visa disciplinar o trâmite das medidas provisórias (MPs). O objetivo é conter as distorções que atualmente emperram as atividades do Legislativo.

A PEC, que recebeu parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), na CCJ, traz alterações no rito das medidas provisórias. A principal é que as MPs deixarão de ter "força de lei" a partir da publicação, submetendo-se, obrigatoriamente, à análise prévia do Congresso Nacional em relação aos critérios de relevância e ur-

gência para sua admissibilidade. Assim, as MPs passarão a gerar efeitos apenas se a CCJ da Casa onde tiverem o trâmite iniciado aprovar a admissibilidade.

Essa, por sinal, é outra novidade. Para garantir maior celeridade ao processo legislativo, a

Medida só valerá se relevância e urgência forem admitidas

Mesa do Congresso passará a ser responsável pela distribuição das medidas provisórias, para que Câmara e Senado alternem o papel de iniciadora do exame dessas proposições.

As MPs, ainda de acordo com a PEC, perderão a eficácia se não forem convertidas em lei no prazo improrrogável de 120 dias. Desses, 60 dias serão reservados para a Câmara apreciar a matéria,

ocorrendo o trancamento da pauta depois do 45º dia. Conforme o Senado, o prazo para apreciação da MP será de 45 dias, e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia. Ainda que a Casa iniciadora não tenha concluído a votação ao terminar o prazo estabelecido, a matéria continuará seu andamento, tendo a possibilidade de voltar à primeira Casa nos 15 dias remanescentes – prazo que também servirá para a apreciação de possíveis emendas da Casa revisora. Se a Casa revisora não deliberar em tempo hábil, a MP perde sua eficácia e transforma-se em projeto de lei em regime de urgência.

A proposta de emenda à Constituição também inclui o aumento de tributos entre as matérias que não podem ser objeto de medida provisória.

Plenário aprova modificação no Código de Processo Civil

O primeiro dos projetos destinados a regulamentar a reforma do Judiciário foi aprovado pelos senadores em Plenário. O projeto da Câmara altera o Código de Processo Civil, autorizando os juízes a reproduzir, de forma imediata, sentenças que julguem improcedentes casos idênticos e controvertidos – desde que tratem exclusivamente de matéria de Direito – que dispensam a apresentação de provas. O juiz não precisará citar o réu, a não ser diante de apelo do autor da ação. A matéria agora segue à sanção presidencial.

A proposta (PLC 101/05) também foi acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, o relator da matéria, senador Aloizio Mercadante (PT-SP),

ressaltou que os projetos de regulamentação da reforma provêm de um pacto entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O resultado, disse ele, será uma prestação jurisdicional "mais rápida e republicana".

O PLC foi apontado como prioritário pelo Parecer nº 1/05 da Comissão Mista Especial para Regulamentação da Reforma do Judiciário. Do senador José Jorge (PFL-PE), o texto cita outros projetos que tramitam no Senado. Entre eles, o PLC 95/01, do deputado Edison Andrino (PMDB-SC), que viabiliza a comprovação de dissídio jurisprudencial, para fins de recurso junto ao STJ, mediante a utilização de decisões disponíveis em mídia eletrônica.

Medidas provisórias nasceram para sistema parlamentarista

Na repartição dos poderes da União, o de legislar é, como o próprio nome denota, atribuição do Poder Legislativo. Contudo, prevendo circunstâncias de exceção, a assembléia constituinte de 1988 criou o instrumento da medida provisória, de uso exclusivo do presidente da República. Na Constituição, foram expressos os pré-requisitos de sua edição: urgência e relevância. Assim, seu uso só

seria justificado quando uma possível morosidade do processo legislativo pudesse causar grave lesão, de difícil reparação, ao interesse público. A edição de MP cria direitos e deveres com efeitos imediatos, cuja análise pelo Congresso Nacional é feita apenas posteriormente.

Doutrinadores explicam que, à época da constituinte, os parla-

mentares acreditavam que o Brasil adotaria o sistema parlamentarista de governo. Por isso, com o objetivo de harmonizar Executivo e Legislativo nesse sistema, instituíram esse mecanismo, inspirados no Direito constitu-

cional italiano. No entanto, a decisão sobre o sistema de governo ficou para a população, que, por meio de plebiscito, escolheu o presidencialismo. Com isso, o instrumento da MP foi, ao decorrer dos anos, desviando-se de sua finalidade e transferindo grande poder ao Executivo.

O texto original da Constituição foi alterado em 2001 para diminuir o abuso de MPs, que eram eternamente reeditadas. Mesmo assim, o Congresso continuou prejudicado, a partir de então com o trancamento da pauta de votações.

Objetivo era evitar que morosidade prejudicasse o país

Restrições não impedem abusos por parte do Poder Executivo

De acordo com a Constituição, uma medida provisória entra de imediato no ordenamento jurídico brasileiro, "com força de lei". Essa expressão significa dizer que, embora ela não seja uma lei, pois ainda terá de ser apreciada pelo Congresso, seus efeitos passam a vigorar a partir da data de sua publicação.

Depois disso, a MP é submetida à apreciação do Congresso em caráter bicameral, ou seja, separadamente por uma de suas Casas. Sua tramitação é iniciada pela Câmara dos Deputados, após a admissibilidade de seus pressupostos constitucionais de urgência e de relevância pelo Congresso Nacional.

MPs não podem tratar de nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil e organização do Poder Judiciário e Ministério Público

– carreira e garantia de seus membros. Também é vedada às MPs versar sobre leis orçamentárias, créditos adicionais e suplementares, além de matéria reservada à lei complementar, ou ainda

matéria que vise regulamentar dispositivo constitucional que tenha sofrido alteração entre 1.º de janeiro de 1995 e 11 de setembro de 2001.

O prazo para vigência de uma MP é de 120 dias – 60 dias prorrogáveis por igual período.

Instrumento não pode tratar de cidadania ou de leis orçamentárias

ORÇAMENTO De dez relatórios setoriais, apenas dois foram aprovados até agora pela Comissão Mista de Orçamento

Presidência



O presidente Renan Calheiros disse que "este Congresso é reflexo da sociedade. O que a sociedade quer, o Congresso faz"

Renan: Congresso demonstrou importância da convocação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou durante a sessão plenária de sexta-feira que o Senado e a Câmara dos Deputados já demonstraram a importância da convocação extraordinária ao aprovar 11 matérias, entre as quais a que determinou o fim do pagamento extra. Ele informou que a pauta do Senado estará sobrestada por medidas provisórias até esta terça-feira, mas que a partir de quarta-feira a Casa reiniciará a votação dos projetos.

– Este Congresso é reflexo da

sociedade. O que a sociedade quer, o Congresso faz: a sociedade quer que aprimoremos a nossa instituição, temos que aprimorá-la – declarou Renan.

Logo na quarta-feira, o Senado deverá votar a proposta de redução do recesso parlamentar já aprovada na Câmara. Renan adiantou que, se não houver consenso em torno da proposição que determina um recesso de 55 dias, colocará em votação todas as propostas em tramitação no Senado sobre o assunto.

Presidente quer sintonizar Parlamento com a sociedade

O presidente Renan Calheiros disse na sexta-feira que o maior objetivo de sua gestão é o de sintonizar o Congresso com a sociedade, garantindo maior legitimidade à instituição e aos mandatos dos parlamentares. Ele considerou "corretíssimo" o papel da imprensa e observou que, no mundo todo, existe uma concorrência entre ela e os Parlamentos pela representação da população.

– Se não adotarmos mudanças, vamos cada vez mais perder espaço em uma concorrência que é legítima, pois a imprensa também é uma representação da sociedade – afirmou.

O presidente do Senado admitiu que o Congresso viveu

recentemente um "momento dramático", após a divulgação de denúncias que passaram a ser investigadas por CPIs. A partir de então, o Parlamento dedicou-se a fazer seu "dever de casa", fornecendo à população as respostas que ela esperava.

Renan informou que mais de 1.700 proposições foram apreciadas no ano passado pelo Senado, apesar das acusações de inércia no Congresso. Ele informou ainda que está "queimando etapas" para colocar rapidamente em rede aberta o sinal da TV Senado, a fim de que a maior parte da população – e não apenas os que têm televisão por assinatura – possa acompanhar os trabalhos dos parlamentares.

CHANCELER DA TUNÍSIA

– A pedido do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu em audiência o ministro das Relações Exteriores da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah. Renan explicou ao ministro como funciona o sistema bicameral no Brasil e Abdallah manifestou espanto pelo poder que o Senado brasileiro tem. Ele disse que, na Tunísia, o Senado nem sequer tem a iniciativa de propor leis, uma função exclusiva da Câmara dos Deputados.

MINISTRO PEDE EMPENHO

– Renan Calheiros recebeu na terça-feira o ministro da Educação, Fernando Haddad, que lhe pediu urgência na votação de projetos durante a convocação extraordinária. O ministro se disse otimista com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 415/05) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

JAQUES WAGNER DISCUTE PRIORIDADES DO GOVERNO

Em audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, discutiu as prioridades do governo na pauta de votação da convocação extraordinária. O ministro destacou como

prioridades do governo a Lei de Florestas; a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); e a lei da Super Receita. As três matérias estão tramitando na Câmara.

Novo valor do mínimo pode sair esta semana

O governo deve bater o martelo esta semana sobre o novo valor do salário mínimo. Para o relator do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), essa definição é fundamental para que ele possa avançar na discussão do atendimento de outras prioridades como o reajuste do funcionalismo e o ressarcimento aos estados exportadores estabelecido na Lei Kandir.

Merss aposta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitará a última proposta fechada por todas as centrais sindicais, antecipando para abril o reajuste do mínimo de R\$ 350 que deveria vigorar em maio e atualizando a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 8%.

O custo dessa nova proposta ainda está sendo avaliado. Mas, pelas contas do deputado, ela exigiria cerca de R\$ 700 milhões a mais do que já estava sendo negociado: com os R\$ 350 concedidos em maio e o reajuste de 10% da tabela do IRPF. Só a antecipa-

ção do novo mínimo para abril, segundo Merss, provocaria um impacto sobre o Orçamento da União de R\$ 1 bilhão, o que seria compensado por um percentual menor na correção do IR.

Renan defende maior salário possível

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ao presidente Lula que o Congresso aprovará o salário mínimo que for do interesse da sociedade. A afirmação foi feita na noite de quinta-feira, durante jantar oferecido pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

– O presidente Lula não falou de salário mínimo, mas eu disse a ele que o propósito do Congresso é aprovar o maior salário que a economia puder pagar. Se for R\$ 360, será R\$ 360. Se for mais, será mais. O Congresso é reflexo da sociedade. Quando a sociedade cobra alguma coisa do Congresso, ela cobra legitimamente e é preciso atendê-la, porque o Congresso só tem legitimidade se representar

os interesses da sociedade – destacou.

De acordo com o presidente do Senado, Lula não tem uma questão fechada sobre o assunto. Por isso, Renan aproveitou para dizer-lhe que interessa ao Congresso manter uma política permanente para a recuperação do poder de compra do salário.

– É isso que o Brasil precisa e nós devemos estabelecer um valor. Eu só não concordo quando esse valor vira tema de disputa política, porque aí acaba tendo desdobramento eleitoral. Isso não é bom, porque prejudica o próprio salário mínimo – afirmou.

Indagado sobre o risco de um reajuste maior quebrar a Previdência, Renan discordou desse entendimento. Em sua opinião, o que o sistema previdenciário precisa é ser bem administrado.

– A Previdência tem um déficit que é consequência principalmente de má-gestão. Não é o valor do salário mínimo que irá agravar esse déficit – ressaltou.



João Ribeiro (E), ao lado de Gilberto Mestrinho, prepara relatório sobre trabalho e previdência

Orçamento segue em "banho-maria"

Se não fosse um acordo de última hora com o PFL, que possibilitou a aprovação do texto básico da área setorial que engloba educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, a Comissão de Orçamento não teria registrado avanço na primeira semana de retomada dos seus trabalhos em 2006. Sem articular a base aliada para romper a obstrução velada dos opositoristas e auxiliado por medidas que protegeram a execução orçamentária em ano eleitoral – como a que garante os investimentos com os R\$ 12,4 bilhões inscritos em restos a pagar de 2005 –, o próprio governo não demonstra empenho em agilizar as votações.

Dos dez relatórios setoriais, apenas dois foram votados até agora: o da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, concluído em dezembro, e o do deputado Wasny de Roure (PT-DF), votado na quinta-feira. Mas os governistas insistem em prognósticos otimistas, acenando com possibilidade de acordo para votar nesta terça-feira o relatório do senador João Ribeiro (PL-TO), que trata de Trabalho, Previdência e Assistência Social.

No entanto, o clima na comissão não facilita o entendimento

e o projeto da Lei Orçamentária caminha aos solavancos. Um exemplo foi o que ocorreu com o relatório de João Ribeiro. Depois de retirar seu parecer, após os protestos de Lúcia Vânia (PSDB-GO) de que o governo estaria subtraindo cerca de R\$ 900 milhões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), transferindo-os para o Bolsa-Família, ele concluiu que há divergência de prioridades e manteve o texto original.

A discussão esquentou na quinta-feira. Em movimento liderado por Lúcia Vânia, formuladora do Peti quando ocupava a Secretaria de Assistência Social do governo Fernando Henrique, o PSDB não aceitou a decisão de João Ribeiro. A senadora sustentou que separar as ações socioeducativas da bolsa compensatória às famílias que mantêm seus filhos nas escolas significa "mutilar" o Peti.

O governo discorda. Acha que a utilização do cadastro do Bolsa-Família vai ampliar o programa que visa acabar com a exploração do trabalho infantil. O secretário de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social, Oswaldo Russo, coordenador do Peti, afirmou que o atendi-

mento pode ir de 1 milhão para 3,2 milhões de crianças, com atuação em todos os municípios brasileiros (atualmente opera em 2.880 municípios). Resultado: o assunto volta a ser discutido nesta terça-feira pelos líderes.

Outro sinal ruim para os trabalhos da comissão veio no protesto do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) contra a aceitação de emendas parlamentares depois de esgotado o prazo regimental. A CMO tinha cancelado as emendas do deputado Ricardo Fiúza, falecido no dia 12 de dezembro, para que seu suplente pudesse apresentar suas emendas.

Com todos esses atropelos, parlamentares já arriscam a previsão de que o Orçamento não será concluído antes de março e que a oposição acabará se conscientizando de que a ela também interessa agilizar a aprovação de investimentos, mesmo em ano eleitoral. O exemplo já teria sido dado pelo PFL, que apoiou o relatório de Wasny após obter R\$ 31,2 milhões que recompõem os recursos federais para as obras dos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro. Além de mais R\$ 10 milhões à bancada do Rio, cuja emenda era de R\$ 250 milhões.

CRISE POLÍTICA Esquema de arrecadação em prefeituras administradas pelo PT é relatado à CPI dos Bingos

Ex-petista volta a denunciar caixa dois



Expulso do PT há oito anos, o economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Finanças em Campinas e de São José dos Campos (SP), confirmou em depoimento à CPI dos Bingos denúncias que sustenta desde 1995 sobre esquema de arrecadação para campanhas – caixa dois – feito pela Consultoria Para Empresas e Municípios (CPEM), prestadora de serviços a prefeituras do PT no estado de São Paulo. Disse ainda que o então presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, foi informado do esquema patrocinado pela empresa, representada por seu compadre Roberto Teixeira.

Venceslau afirmou que Paulo Okamoto, atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), atuava à época como arrecadador de campanha. Okamoto – que teve quebrados os sigilos bancário, telefônico e fiscal pela CPI – o teria repreendido por não contratar a CPEM e ainda alertar secretários de outros municípios sobre a empresa.

– Okamoto me disse que eu estava atrapalhando a arrecadação para a Caravana da Cidadania, uma vez que, por não aceitar a CPEM em São José, a empresa não estava mais colaborando – destacou o depoente.

Ele assegurou também que Okamoto percorria as prefeituras petistas pedindo a lista das empresas fornecedoras, visando à arrecadação para o partido. De acordo com Venceslau, sindicân-



Venceslau, ex-secretário de Finanças de Campinas e de São José dos Campos, disse que Lula, então presidente do PT, foi informado

cia demonstrou que o trabalho oferecido pela CPEM era calcado em falsificação de assinaturas, rasura em documentos, fórmulas que manipulavam os resultados. Tudo era feito sem que a empresa passasse por licitação.

– Em 1995, entreguei carta ao presidente Lula e demais dirigentes do PT relatando tudo o que havia de errado. Foi montada uma comissão de investigação do caso CPEM, mas, apesar de reconhecerem o esquema de arrecadação, somente eu acabei sendo punido com a expulsão no início de 1998 – frisou.

Perante a Justiça, Venceslau se retratou

Segundo Venceslau, Okamoto seria um dos que exigiram “sua cabeça” à prefeita de São José, Ângela Guadagnin (PT), hoje deputada federal.

O depoente diz ter sido informado por Frei Beto que, “se Lula

soubesse que alguém estaria conversando com ele, tal pessoa seria decapitada dentro do partido”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, durante a gestão de Ângela Guadagnin, nada foi pago à CPEM.

Ela lembrou que, em 2003, Venceslau se retratou na Justiça com relação às afirmações que fez sobre Lula. O documento faz parte do acordo judicial resultante da ação de reparação civil por danos morais movida por Lula contra Venceslau por entrevista concedida pelo ex-petista ao *Jornal da Tarde* em 1997.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), o depoente omitiu suas responsabilidades no caso. “O PT fez tudo o que tinha de fazer com relação às denúncias”, rebateu.

Para o líder do PFL, José Agripino (RN), porém, o depoimento de Venceslau põe fim à afirmação do presidente Lula de que não sabia do caixa dois.

Promotores afastam ligação entre mortes de prefeitos

Não há provas de que o assassinato do prefeito de Campinas Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, tenha sido crime político, disseram à CPI dos Bingos os promotores de Justiça que investigam o caso, Ricardo Silveiras e Fernando Pereira Vianna Neto.

Os promotores descartam similaridades ou ligações com a morte do prefeito de Santo André Celso Daniel. Apesar disso, eles não afastam por completo a hipótese de crime encomendado.

– Ainda não sabemos a

motivação do crime – afirmou Silveiras.

Toninho foi assassinado em setembro de 2001, ao sair do Shopping Iguatemi, em Campinas. Para os promotores, a quadrilha de Anderson de Paula Lima, o Andinho, foi a autora do crime.

A arma usada na morte de Toninho, atingido enquanto dirigia seu carro, foi a mesma utilizada dias depois no seqüestro de uma criança. O carro usado pelos assassinos era roubado e teria sido identificado em uma tentativa de assalto no dia da morte do ex-prefeito.

Legista que aponta tortura de Celso Daniel depõe na terça-feira

O assassinato de Celso Daniel, que completou quatro anos na última sexta-feira e que gerou bate-boca entre senadores do governo e da oposição em Plenário um dia antes (*veja pág. 9*), volta a ser debatido nesta terça-feira na CPI dos Bingos, dessa vez pelo médico-legista Paulo Vasques.

Também na semana passada, o legista apresentou laudo complementar sobre a morte do ex-prefeito, sustentando que Celso Daniel teria sido brutalmente torturado antes de ser morto. Essa também foi a conclusão do legista Carlos Delmonte, morto em outubro. Vasques havia participado da necropsia com Delmonte. No laudo complementar, que era conduzido por Delmonte, Vasques apontou a cronologia das lesões sofridas pela vítima, provavelmente para que relatasse informações aos seqüestradores.

O primeiro inquérito feito pela polícia civil concluiu por seqüestro seguido de morte. Esse traba-

lho é contestado pelo Ministério Público e pela família de Celso Daniel, que apontam uma série de erros nas investigações e acreditam em crime político.

No ano passado, o caso foi reaberto e está sendo averiguado por uma nova equipe de policiais. Em depoimento à CPI dos Bingos, os irmãos de Celso Daniel, João Francisco e Bruno, relataram o esquema de corrupção em Santo André (SP), sustentado por Sérgio Gomes da Silva, o Sombra – já indiciado pela morte do ex-prefeito; o empresário de transportes Ronan Maria Pinto; e o ex-secretário de serviços municipais Klinger de Oliveira Souza. As denúncias, afirmaram, fariam parte de um dossiê de posse do irmão morto.

Na terça-feira, ainda irão depor os delegados que investigaram o caso: Edson Santi, do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC), e José Luna, da Polícia Federal.

Motorista nega suposto transporte de dólares

Visivelmente amedrontado, o motorista do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, Éder Eustáquio Macedo, entrou em contradição por diversas vezes durante depoimento à CPI dos Bingos na última quinta-feira. Ele teria dirigido o Omega blindado que, em julho de 2002, conforme denúncia da revista

Veja, teria transportado de Campinas para São Paulo Ralf Barquete, ex-secretário de Ribeirão Preto, e Vladimir Poletto, ex-assessor de Antonio Palocci, com três caixas de uísque contendo dólares provenientes de Cuba, endereçadas ao Partido dos Trabalhadores. O motorista confirmou parte da história: teria dirigido para Barquete e Poletto, mas alegou não ter visto o que eles colocaram no porta-malas.

Diante da pressão dos senadores, Macedo confessou que estava sendo atendido pelo advogado Hélio Silveira, o mesmo que atua para a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, e pela advogada Stela Cristina Nakazato, que afirmou ter prestado serviços para o PT em São Paulo e São Bernardo do Campo. Depois de mentir que os teria conhecido ante-

riormente, ele admitiu que só os havia encontrado no dia anterior ao depoimento. A assessoria da CPI informou ainda que Macedo foi trazido a Brasília um dia antes do combinado, a pedido da assessoria do Ministério da Fazenda.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que dois assessores do ministério acompanhavam o depoimento.

Ele confirma viagem, mas diz desconhecer o que foi posto no porta-malas

.....

– Não se mobiliza uma equipe sem que o líder tenha conhecimento desse fato –, completou Alvaro, em referência ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que já foi convidado para prestar depoimento à comissão.

Segundo o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), o motorista foi orientado e blindado pelos advogados.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), o depoente estava muito nervoso, o que possibilitou diversas especulações.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) advertiu que Macedo estaria dopado, diante do comportamento e da confusão de informações que prestava aos senadores.

– Ele está sob efeito de tranqüilizantes e deveria ser convocado novamente, mas devendo ser submetido anteriormente

a um exame antidoping – disse o vice-presidente da CPI. O depoente negou ter tomado qualquer tranqüilizante.

Macedo foi levado para o Ministério da Fazenda em maio de 2003 por Ademirson Ariovaldo da Silva, atual assessor especial do ministro Antonio Palocci. Tanto Ademirson quanto Poletto foram citados no relatório da CPI dos Bingos sobre o caso do contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech e estão na lista dos que deverão ser indiciados pelo Ministério Público.

Sem convencer os senadores, Macedo disse que, em julho de 2002, trabalhava como taxista, mas prestava serviços à locadora de veículos Locablin, do empresário Roberto Carlos Kurzweil.

O serviço do transporte dos dólares teria começado em São Paulo. Primeiro o motorista encontrou-se com Ralf Barquete no Aeroporto de Congonhas. De lá foram para o de Viracopos, em Campinas (SP).

– Depois de entrar no Aeroporto de Viracopos e sair, o sr. Barquete pediu que fôssemos ao Campo de Amarais, entre as cidades de Sumaré e Campinas. Quando chegamos, ele pediu para abrir o porta-malas. Depois fechou e ele e Vladimir Poletto entraram no carro e então



Éder Eustáquio dirigiu Omega para Barquete e Poletto, em julho de 2002

seguimos para São Paulo – contou.

Macedo teria deixado Barquete em frente ao restaurante Montana Grill, na capital paulista.

– Ele pediu para que eu abrisse o porta-malas, saiu do carro e depois pediu que eu levasse Vladimir no Aeroporto de Congonhas, o que fiz – expôs Macedo.

O motorista afirmou que não viu o que foi posto no porta-malas.

CRISE POLÍTICA Relatórios parciais de Garibaldi Alves sugerem indiciamento de 34 pessoas e três empresas

As conclusões de Garibaldi

Quase sete meses de investigação sobre os negócios entre a Caixa Econômica Federal e a GTech deram ao relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), uma certeza: irregularidades, somadas à dependência tecnológica da empresa pública com relação à multinacional responsável pelo processamento lotérico federal, resultaram em pesado prejuízo ao erário. Veja as conclusões do relator:

- 1- A primeira irregularidade teria sido a contratação em 1993, sem licitação, da Racimec pela Caixa, para a implantação de sistema piloto do modelo *on-line* e em tempo real de loteria.
- 2- A concorrência teria sido direcionada para a vitória do consórcio liderado pela Racimec, que, em 1997, já era sócia da GTech, dando início à dependência tecnológica da Caixa no setor de loterias.
- 3- Após dois anos de disputas judiciais e de vários pareceres contrários, em janeiro de 1997, foi assinado contrato com a Racimec (gradativamente substituída pela GTech do Brasil), o que contrariou a Lei das Licitações (8.666/93) e edital da própria Caixa.
- 4- Foram incluídos no contrato de 1997, e depois no de 2000, serviços não-lotéricos, não previstos no edital e sem licitação. Houve omissão de cobrança de multas devidas pela GTech e realização de diversos aditivos prevendo reajustes de preços fora dos parâmetros contratuais.
- 5- Em 2001, a GTech conseguiu embargar na Justiça as licitações da Caixa que visavam fracionar os serviços lotéricos. A Caixa iniciou um projeto para assumir a gestão da rede lotérica, mas durante o ano de 2003 houve ampliação de serviços da GTech.
- 6- Em fevereiro de 2003, inicia-se uma série de negociações entre GTech e personagens como Carlinhos Cachoeira, Waldomiro Diniz, Ralf Barquete, Enrico Giannelli e Rogério Buratti, com oferta de propina e extorsão.
- 7- Termo aditivo assinado em 8 de abril de 2003 renovou o contrato de R\$ 650 milhões por mais 25 meses. A GTech reduziu as tarifas em 15%, mas, meses depois, houve aumento do valor dos jogos, o que, segundo a Polícia Federal e o TCU, aumentou o lucro da multinacional.
- 8- Para o relator, os depoimentos e a análise de documentos demonstram o pagamento de propina pela GTech para renovar contrato com a Caixa. Ele cita especialmente os R\$ 5 milhões pagos pela GTech à MM Consultoria, seguido por grandes saques em dinheiro.
- 9- TCU aponta prejuízo da Caixa de mais de R\$ 555 milhões em favor da GTech no período de janeiro de 1997 a julho de 2004. Se tivesse implantado o sistema de processamento lotérico desenvolvido em 2002, a Caixa teria pago em torno de R\$ 40 milhões a menos à GTech.
- 10- Em maio de 2005, com bastante atraso, segundo o relator, a Caixa iniciou o processo de internalização do canal lotérico. O processo está previsto para terminar em maio próximo, quando do fim do contrato com a GTech.

Cobrança de propina teria facilitado a renovação

Um dos mais complicados períodos de negociação da Caixa com a GTech ocorreu a partir de novembro de 2002, com a transição no governo federal. A multinacional paralisou as conversas sobre a renovação do contrato à espera de melhores condições, uma vez que haveria mudanças nos postos de comando Caixa.

– Isso é corroborado pela informação prestada pelo advogado Rogério Buratti de que a GTech teria contribuído para a campanha do PT, e pelas negociações de parceria entre o empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e a GTech nas loterias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – expôs Garibaldi Alves.

Cachoeira conhecia Waldomiro Diniz – então cotado para assumir a presidência da Caixa – e tinha um trunfo contra ele: o vídeo em que o empresário de jogos pedia propina quando presidia a Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj).

Em fevereiro de 2003, a GTech “avança os entendimentos com Cachoeira e Waldomiro, enquanto a direção da Caixa nada faz para iniciar as negociações”, aponta o

relatório. Nesse período, Ralf Barquete, então assessor especial da Caixa, teria sido informado sobre os movimentos de Waldomiro, à época sub-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e teria solicitado a Buratti que entrasse nas negociações.

De acordo com o relatório, Barquete articulou as ações de Waldomiro, no Rio, e Buratti, em Ribeirão Preto. Waldomiro informou à GTech de que Buratti os procuraria para negociar o valor da propina. A reunião foi realizada no dia 31 de março de 2003, em meio a uma troca de ligações telefônicas entre Buratti, Barquete, Ademirson Ariovaldo e Vladimir Poletto.

Em encontro no dia seguinte, Buratti não conseguiu acertar a propina e os dirigentes da GTech foram à Caixa para fechar o contrato, o que não aconteceu. Novas negociações levaram à assinatura do contrato, em 8 de abril. Dias depois, Buratti e os dirigentes da GTech se encontram em São Paulo.

– Parece lógico que a assinatura do contrato ocorreu porque a GTech e o grupo de Buratti chegaram a um acordo – afirmou Garibaldi.

Caixa rebate texto

A Caixa contestou, em nota à imprensa, o relatório parcial da CPI, apontado como “instrumento político-eleitoral” que apresentaria vários erros de informação, com “parcialidade diante do não aproveitamento de análises feitas pelo TCU, além de outras distorções”.

– Lamentavelmente, a comissão, em vez de cumprir seu papel constitucional e a expectativa da sociedade brasileira de investigar de forma isenta os assuntos de que trata, acabará por aprovar peça eminentemente política, dissociada dos fatos exaustivamente investigados pelas autoridades – diz o texto.

Também em nota, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho, afirmou que “não pretende polemizar com a Caixa, que, abandonando a postura de serenidade adequada a um órgão da administração pública, para adjetivar grosseiramente o trabalho de investigação parlamentar, expressamente autorizado pela Constituição”.

– Também em nota, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho, afirmou que “não pretende polemizar com a Caixa, que, abandonando a postura de serenidade adequada a um órgão da administração pública, para adjetivar grosseiramente o trabalho de investigação parlamentar, expressamente autorizado pela Constituição”.

CPI dos Bingos vota relatório na quarta



A CPI dos Bingos vota nesta quarta-feira o relatório parcial sobre a investigação da renovação, em abril de 2003, de contrato milionário entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech. Apresentado e lido pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) na semana passada, o relatório de 166 páginas aponta crimes e contravenções cometidos por 34 pessoas e três empresas, as quais deverão ser indiciadas pelo Ministério Público, conforme pede o documento [veja quadro].

O relatório de Garibaldi, que teve pedido de vista coletiva concedida, sugere ainda um projeto de decreto legislativo que extingue por definitivo, a partir de 14 de maio deste ano, o contrato entre a Caixa e a GTech. A Caixa deverá, até 19 de março, regularizar o cronograma do contrato para transição definitiva do modelo de operação das loterias.

Tudo deverá ser acompanhado pelo Tribunal de Contas da União, que, em análise anterior, identificou prejuízo de mais de R\$ 555 milhões para a Caixa entre 13 de janeiro de 1997 – ano em que a GTech adquiriu a Racimec, empre-

sa que havia vendido a licitação com a Caixa – e julho de 2004. A empresa pública contesta os números do TCU.

Na lista dos denunciados, além de antigos e atuais dirigentes da Caixa e da GTech, aparecem Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assessoria Parla-

mentar da Casa Civil, na época em que o ministro era José Dirceu, e Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando este era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Os dois já foram indiciados em ações anteriores. Waldomiro é apontado pelo crime de corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa. Buratti responde a acusações de formação de quadrilha, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, crime contra a ordem tributária e o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

O atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, é acusado de crime



Garibaldi Alves Filho apresentou, na semana passada, o relatório de 166 páginas

contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa. O atual assessor especial do ministro da Fazenda, Ademirson Ariovaldo da Silva, também não escapou da lista de Garibaldi. Ele, Buratti, Ralf Barquete – ex-assessor da Caixa e da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) – e Vladimir Poletto, também ex-assessor de Palocci, trocaram quase 4 mil ligações entre janeiro de 2003 e março de 2004, especialmente durante a renovação do contrato. Ademirson é acusado de formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa.

Quem aparece no relatório parcial

Adelmar de Miranda

Torres - Ex-diretor da Caixa.
* Crime contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Ademirson Ariovaldo da Silva - Assessor especial do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.
* Formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Aires Ferreira Coimbra - Ex-superintendente de Tecnologia da Caixa.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Antônio Carlos Barasuol - Funcionário da Caixa desde 1982.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Antônio Carlos Lino da Rocha - Então presidente da GTech quando das negociações com Waldomiro, ocorridas no início de 2003.
* Corrupção ativa, lavagem de dinheiro, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Carlos Augusto de Almeida Ramos (Carlinhos Cachoeira) - Empresário de jogos lotéricos. Mentor das gravações das fitas contra Waldomiro Diniz.
* Tráfico de influência, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira - Contratado pela Caixa como consultor da presidência, em janeiro de 2003, para cuidar do contrato com a GTech.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Eduardo Tavares Almeida - Ex-diretor da Caixa, das áreas de Desenvolvimento Organizacional, Tecnologia, Administração e Prestação de Serviços.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Emílio Humberto Carrazzi Sobrinho - Presidente da Caixa de

21/01/99 a 02/04/2002.

* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Enrico Giannelli - Advogado do escritório que prestava serviços à GTech. Teria sido o principal intermediário no processo de contratação do Buratti pela GTech.

* Tráfico de influência, lavagem de dinheiro, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Fábio Luís Rezende de Carvalho Alvim - Funcionário da Caixa desde julho de 1982.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Fernando Manuel Teixeira Carneiro - Diretor da Caixa responsável pela área de serviços financeiros de 1999 a 2001.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Gláucio Geronasso - Foi gerente nacional de rede lotérica da Caixa.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Hélcio Barbosa Cambraia Junior - Recebeu da MM Consultoria quantias significativas sempre que essa empresa recebia vultosos pagamentos da GTech.
* Lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária

Henrique Costabile - Diretor de Tecnologia e de Logística da Caixa até abril de 2002.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Jitsuo Maeda - Advogado da Caixa desde 1975.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Jorge Eduardo Levi Mattoso - Atual presidente da Caixa.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

José Carlos da Silva - Aparece

na quebra de sigilo da MM Consultoria como um dos grandes beneficiados de pagamentos da empresa.

* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

José Lindoso de Albuquerque - Da Diretoria Comercial da Caixa.

* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

José Maria Nardeli Pinto - Superintendente de Loterias da Caixa de 1996 a 1998.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto - Funcionário da Caixa Econômica.

* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Magda de Castro Kiehl - Diretora Jurídica da GTech.
* Corrupção ativa, lavagem de dinheiro e crime contra o procedimento licitatório

Marcelo Coelho de Aguiar - Primo de Walter Santos, é um dos donos da MM Consultoria Ltda., empresa que recebeu R\$ 5 milhões da GTech.
* Crime contra a ordem tributária

Marcelo José Rovai - Ex-diretor de marketing da GTech.
* Corrupção ativa e crime contra o procedimento licitatório

Márcio Tancredi - Ex-gerente da área de Desenvolvimento Empresarial da Caixa.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Marco Antônio Lopes - Superintendente de Loterias e Jogos da Caixa Econômica entre 2001 e 2003.
* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Marco Tadeu de Oliveira Andrade - Vice-presidente de operações da GTech.
* Corrupção ativa, lavagem

de dinheiro, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Paulo Roberto Paixão Bretas - Vice-Presidente de Logística da Caixa.

* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Rogério Tadeu Buratti - Ex-assessor do ministro da Fazenda Antonio Palocci, ele participou das negociações com a GTech, para renovação do contrato com a Caixa.

* Formação de quadrilha, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, crime contra a ordem tributária, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Sérgio Cutolo dos Santos - Presidente da Caixa de 22/02/95 a 18/01/99.

* Crimes contra o procedimento licitatório, prevaricação e improbidade administrativa

Simão Brayer - Ex-dirigente das empresas Racimec e SB.
* Corrupção ativa e crime contra o procedimento licitatório

Vladimir Poletto - Identificado em escutas realizadas pelo Ministério Público de São Paulo no telefone de Rogério Buratti. Suspeita-se que participou de tráfico de influência.

* Formação de quadrilha, falsidade ideológica, tráfico de influência, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Waldomiro Diniz da Silva - Ex-subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil, exonerado em 2004, após veiculação de fita em que aparece pedindo propina ao bicheiro Carlinhos Cachoeira.

* Corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa

Walter Santos Neto - Primo e sócio do Marcelo Aguiar na empresa MM Consultoria Ltda.
* Lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária

* Irregularidade verificada
Fonte: CPI dos Bingos

CRISE POLÍTICA Delegado Paulo Lacerda vem debater no Congresso medidas para melhorar o combate à corrupção

Diretor da PF fala na CPI dos Correios



A CPI dos Correios terá mais uma semana de agenda cheia. O primeiro destaque é o depoimento do diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda. O delegado comparecerá nesta terça-feira, às 10h, como convidado do sub-relator de Normas de Combate à Corrupção, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), que busca subsídios para propor melhorias na legislação anticorrupção.

Ainda na terça-feira, a sub-relatoria deve ouvir um representante da Interpol (o nome não havia sido divulgado até o fechamento desta edição) e Sérgio Fernando Moro, juiz da Segunda Vara da Justiça Federal de Curitiba. No dia seguinte, deve comparecer à sub-relatoria o presidente do Tribunal de Contas da União, Adylson

Motta. O ministro de Estado do Controle e da Transparência, Waldir Pires, é o convidado da sub-relatoria na quinta-feira.

Já a Sub-Relatoria de Contratos, coordenada pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), inicia sua parte na tomada de depoimentos a partir das 14h de quarta-feira, com as oitavas de Paulo Roberto Menicucci e José Otaviano Pereira, ambos diretores dos Correios, e do empresário Edson Brockveld, que fez denúncias de superfaturamento em licitação da estatal.

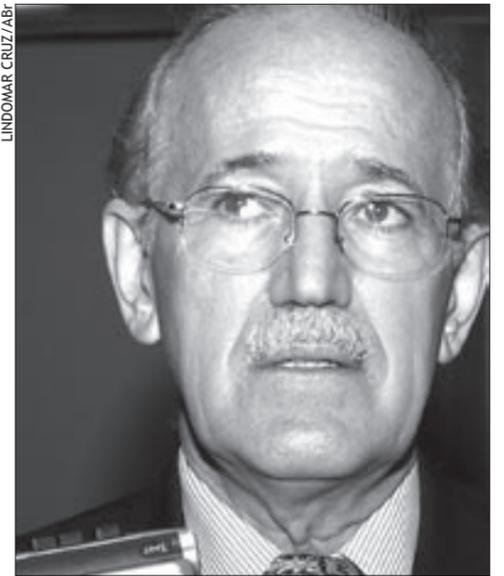
Na quinta-feira, devem falar à comissão, a partir das 14h, Maria de Fátima de Moraes Seleme, chefe do Departamento Jurídico dos Correios, e Maurício da Silva Marinho, chefe da Divisão de Endereço Eletrônico do Departamento de Negócios e Operação da Internet.

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão,

sob a responsabilidade do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), ouve seis depoimentos. Na terça-feira, às 14h, comparecem José Raphael da Silva, diretor da Núcleo Instituto de Seguridade Social, e os ex-diretores da empresa Fernando Cezar Braz Teixeira e Gildásio Amado Filho.

Na quarta-feira, falam à sub-relatoria, a partir das 11h, Ermindo Cecchetto Júnior e Jorge Luiz Monteiro de Freitas, ambos diretores do fundo de pensão Real Grandeza. No dia seguinte, a CPI encerra a tomada de depoimentos da semana com a oitava do operador do mercado financeiro Alexandre de Athayde Francisco, às 10h.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI dos Correios, informou na semana passada que pretende concluir o relatório final em meados de março.



Convidado pela CPI, Lacerda comparece ao Congresso nesta terça-feira, às 10h

Rural diz que cobrou de Marcos Valério

O vice-presidente do Banco Rural, José Roberto Salgado, negou à CPI dos Correios que os empréstimos ao empresário Marcos Valério eram “feitos para não pagar”. Ele disse que os valores concedidos às agências de publicidade SMP&B e Grafitti, pertencentes a Valério, foram cobrados em janeiro de 2005.

Salgado afirmou que a cobrança ocorreu após a quebra do Banco Santos, quando Valério teria informado sobre sua incapacidade de pagar e que o dinheiro teria sido repassado ao PT.

Salgado, que depôs protegido por *habeas corpus*, negou que o banco tenha realizado operações com a corretora Garanhuns, acusada de ser intermediária nos



Diretor do Banco Rural, Salgado depôs protegido por um *habeas corpus*

repasses do mensalão ao PL, e com a Esfort Trading, uma das investigadas pela Sub-Relatoria

de Fundos de Pensão.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), considerou o depoimento pouco esclarecedor e ressaltou que, apesar das negativas, Salgado era “quem comandava, o mentor das operações”.

O depoente afirmou ainda desconhecer alguma conta de Valério em suas subsidiárias (no Uruguai, nas Bahamas e na Ilha da Madeira) e negou a participação acionária do Rural ou de seus sócios no Trade Link Bank, uma *offshore* conhecida desde o escândalo do Banestado e que reaparece agora no valerioduto.

Advogado é preso por desacatar comissão

O advogado Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo, que prestou serviços para a empresa de transporte aéreo Skymaster, teve sua prisão por desacato decretada durante depoimento na terça-feira à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios. Valerius desrespeitou os membros da comissão em diversos momentos durante o depoimento, pela postura irônica, pelas respostas evasivas, pelas contradições em que caiu e por interromper os parlamentares enquanto eles faziam seus questionamentos.

Foram destinados a Valerius cerca de R\$ 1 milhão em saques realizados pelo segurança Francisco Marques Carioca nas contas da Skymaster, a pedido de João Marcos Pozzetti, sócio da transportadora. Os saques teriam sido feitos em datas próximas às de

renovações de contratos suspeitos, sem licitação, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O advogado afirmou à CPI que devolveu o dinheiro sacado da Skymaster a Pozzetti. Mas os parlamentares suspeitam que o dinheiro era usado no pagamento de propinas a funcionários e dirigentes dos Correios.

Em outro depoimento, o segurança Carioca, que trabalha na empresa Cortez Câmbio e Turismo, de Manaus (AM), admitiu ter almoçado com Pozzetti no domingo anterior. Mas negou que tenha conversado com o empresário sobre o segundo depoimento que viria a dar na CPI e disse não ter sido ameaçado nem ter recebido oferta de dinheiro.

Na sequência, foi ouvido o chefe do departamento financeiro da Skymaster, Reginaldo Régis Menezes Fernandes. Ele afirmou que saques feitos a mando de Pozzetti tinham como objetivo o pagamento de fornecedores e funcionários.



Irônico e evasivo, advogado Marcus Valerius acabou preso por desacato

Comissão terá apoio do governo para acessar contas de Duda

Desta vez com a interferência do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a CPI dos Correios tentará novamente obter as informações sobre contas do publicitário Duda Mendonça nos Estados Unidos. Integrantes da comissão devem viajar para Nova York e Miami até o final de janeiro para acessar dados protegidos por sigilo, segundo informou o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), após reunião com Thomaz Bastos e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Desde o depoimento de Duda, em agosto, a CPI pede as informações. Delcídio explicou que a primeira tentativa, pelos meios burocráticos, não surtiu efeito.

– Mas agora a ação será mais objetiva, com apoio da diplomacia brasileira – afirmou.

O grupo negociará o acesso aos dados da conta Dusseldorf, por onde Duda teria recebido R\$ 10 milhões como pagamento pelas campanhas realizadas para o PT; tentará também saber detalhes sobre uma suposta segunda conta de Duda no exterior e ainda sobre a suposta transferência de recursos a familiares às vésperas do depoimento.

A aproximação com o governo faz parte da chamada “saída diplomática” defendida pelo diretor de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça, Antenor Madruga, que falou como convidado à CPI.

Receita defende integração para melhor combater fraudes

Para o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o fisco precisa ter acesso facilitado a informações bancárias e fiscais de agentes públicos e de empresas que prestam serviços para o governo. Além disso, deveria ter o direito de informar aos órgãos a que esses contribuintes são ligados sobre irregularidades tributárias comprovadas, hoje protegidas por sigilo. As empresas públicas poderiam então iniciar investigações disciplinares a respeito desses procedimentos.

Essa foi uma das sugestões feitas por Rachid à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios. O secretário acha necessário o compartilha-

mento de informações entre órgãos como o Banco Central e a Receita Federal.

– Falta atuar de forma integrada, com cada instituição respeitando os limites legais da outra. Assim é possível termos uma resposta mais eficaz – disse.

O procurador-geral do Ministério Público perante o Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, atribuiu a falhas na fiscalização da execução de contratos e brechas em leis – como a de Licitações – as lacunas que favorecem a corrupção.

– Quem fraudava conta com a certeza de que a administração pública não tem como fiscalizar os contratos – frisou.

Relatores pedem cassação de Wanderval, Brant e Luizinho

Por dez votos a três, os integrantes do Conselho de Ética da Câmara aprovaram na sexta-feira o relatório do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que recomenda a cassação do mandato do deputado Wanderval Santos (PL-SP), acusado de receber R\$ 150 mil do valerioduto.

O parecer foi encaminhado à Mesa diretora da Casa, que

tem duas sessões para colocar a matéria em votação em Plenário. Wanderval vai recorrer da decisão à Comissão de Constituição e Justiça e pode ir ao Supremo.

O relator do processo contra o deputado Roberto Brant (PFL-MG), deputado Nelson Trad (PMDB-MS), também recomendou a cassação do parlamentar mineiro. Como motivo para a

perda do mandato, Trad apontou o uso de caixa dois na campanha de Brant à prefeitura de Belo Horizonte (MG) em 2004. A votação foi adiada por pedido de vista para a terça-feira, às 10h.

Já o deputado Pedro Canedo (PP-GO), relator do processo contra o deputado Professor Luizinho (PT-SP), sugeriu a cassação. Luizinho é acusado de

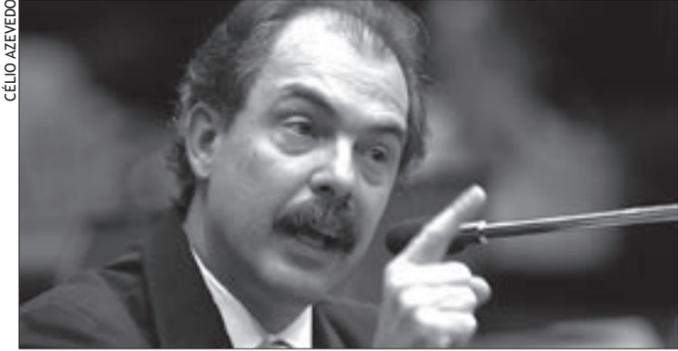
receber R\$ 20 mil do esquema de Marcos Valério. A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) pediu vista do processo, que será votado na terça, às 14h30.

O conselho ouviu ainda as testemunhas de defesa do deputado Josias Gomes (PT-BA), citado pelas CPIs dos Correios e do Mensalão como beneficiário de recursos de caixa dois do PT.

Outro deputado acusado pelas CPIs, José Mentor (PT-SP) depôs na terça-feira no Conselho de Ética e disse que não recebeu qualquer vantagem indevida.

Nesta segunda-feira, às 14h30, o conselho se reúne para analisar relatório do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) sobre o processo contra o deputado Pedro Corrêa (PP-PE).

CRISE POLÍTICA Segundo parlamentares, Executivo manobrou para jogar sobre Congresso o ônus da convocação



Polêmica começou quando Mercadante citou veto do governador tucano Geraldo Alckmin à lei que proíbe bingos em SP

CPI dos Bingos leva a bate-boca em Plenário

A acusação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que a CPI dos Bingos sofre críticas do governo por estar desmascarando crimes cometidos por petistas, a começar pelos assassinatos dos prefeitos de Campinas (SP), Toninho do PT, e de Santo André (SP), Celso Daniel, levou a forte reação do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Quem matou? Quem está encobrindo o quê? – perguntou o senador paulista a ACM em tom elevado.

– Eu só quero pedir a vossa excelência – oito já foram mortos – que não matem mais ninguém por causa desse crime – respondeu ACM.

Pouco antes, Mercadante havia lido carta do deputado estadual Romeu Tuma Júnior (PMDB-SP) criticando veto do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a projeto que proibiria máquinas de caça-níqueis.

Mercadante sugeriu que a CPI proponha a proibição de bingos e caça-níqueis no país.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou ter sido informado pelo governador que o veto se deu por inconstitucionalidade, pois a competência sobre o assunto seria federal. O senador considerou que a leitura da carta “insinuava, de maneira leviana, que Alckmin teria vetado a lei para favorecer jogadores de caça-níqueis”. Jereissati acusou o PT e o governo de deixar de enfrentar problemas e atribuir à oposição os erros denunciados por eles.

Para reforçar suas críticas, Jereissati apresentou da tribuna cópia da mensagem presidencial enviada ao Congresso no início do governo Lula defendendo a regulamentação dos bingos.

Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou que Mercadante só tenha dito o motivo do veto depois de questionado.

Renan diz que é contra CPI com fins eleitorais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é contra qualquer investigação feita com objetivo eleitoral, pois atrapalha o processo político, uma vez que visa apenas permitir que algum grupo encurrale os adversários. Os comentários foram feitos a partir de indagações relativas à CPI que irá investigar as privatizações feitas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, recém-criada, na Câmara dos Deputados. “O endereço dessas loucuras não é aqui no Senado”, ressaltou.

Renan e o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, participaram de um almoço

oferecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu ao senador que fossem priorizadas as votações da lei geral das micro e pequenas empresas, do Orçamento para 2006 e do Fundeb, durante a convocação extraordinária.

– Eu disse que íamos mudar as MPs, que são a causa de tudo isso. Elas invertem o processo, deturpam a imagem do processo legislativo, tiram a sua eficácia e quase que obrigam a convocação do Congresso Nacional. O presidente afirmou que não era contra, mas gostaria que essa mudança fosse ditada pelo consenso – contou.

Senadores culpam governo por desgaste



O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que a auto-convocação do Congresso foi conseqüência de “uma manobra ardilosa” do governo, que sabia da necessidade de votar projetos durante os meses de recesso e deixou ao Congresso o ônus da convocação para voltar a opinião pública contra os parlamentares.

Heráclito disse que as pautas de votação estiveram várias vezes trancadas em 2005 em razão do excesso de medidas provisórias, uma situação freqüente também durante o governo anterior, mas o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso costumava convocar ele mesmo o Congresso.

O parlamentar afirmou que os trabalhos das comissões do Senado e da Câmara, entre as quais as CPIs, evidenciam que o Congresso tem trabalhado apesar de as votações serem prejudica-

das pelas MPs.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestou apoio à retomada dos trabalhos parlamentares. Ele lamentou a tentativa da imprensa de desgastar o Congresso “de todas as formas”, mas ressaltou que “a auto-estima do povo brasileiro está à frente dessas questões”.

– O Congresso reage e trabalha para corrigir os vícios que já não devem mais existir. Este Parlamento tem condições absolutas para isso.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), por sua vez, sugeriu que os parlamentares se esforcem para que o Congresso Nacional reconquiste junto ao povo brasileiro a credibilidade, que vem perdendo em virtude das recentes denúncias de corrupção envolvendo deputados federais da base do governo.

– Está em curso uma conspiração contra o Congresso. Tentam



Para Heráclito, Congresso trabalhou muito, apesar do excesso de MPs

colocá-lo no mesmo patamar rasteiro no qual se encontram os corruptos do governo e os partidos e parlamentares envolvidos nesse escandaloso processo de corrupção – afirmou.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) avaliou que a convocação extraordinária proporcionou ao país uma excelente oportunidade para refletir sobre o significado da política no Brasil. Para ela, “o mundo da política é o excremento da democracia”.

Para Efraim, PT ensina como “não governar”

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que o mérito da administração petista é deixar um legado de como não se deve governar um país. Do ponto de vista pedagógico, segundo ele, essa lição é tão valiosa quanto o seu inverso, que seria a demonstração de como se deve administrar.

Efraim criticou o “súbito empenho” do governo em consertar as estradas brasileiras, deterioradas por falta de conservação nos últimos três anos, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por informar à sociedade, em ano eleitoral, a mobilização da máquina pública federal para “uma miraculosa operação de recuperação de estradas, que é uma mera operação tapa-buracos”. Para ele, a falta de verbas é desculpa inaceitável para o governo não ter consertado as estradas antes, questionando por que ele não teria utilizado a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), imposto criado especialmente para esse fim.

Efraim destacou a capacidade de realização do governador Cássio Cunha Lima, que conseguiu recuperar um quarto das estradas da Paraíba, com o repasse de apenas 1,9% dos recursos do governo federal. “Na Paraíba, é recuperação mesmo e não operação tapa-buracos”, ressaltou.



Efraim Morais

Virgílio aponta carta de Lula em favor de BMG

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) comentou reportagem da revista *Época*, segundo a qual investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) levanta hipótese de o banco BMG ter sido privilegiado na concessão de empréstimo consignado aos pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A revista divulgou carta assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo teor incentivava os segurados a adquirirem dívidas. A carta, que teria sido enviada aos pensionistas duas semanas após o BMG começar a operar com os empréstimos, tratava esse tipo de operação como novidade, apesar de a Caixa Econômica Federal já estar oferecendo esse serviço havia vários meses.

– Esse episódio pode ser considerado crime de responsabilidade, passível de se examinar processo de *impeachment* – afirmou o senador, registrando ainda que só para o envio dessas cartas foram gastos R\$ 9,5 milhões.

O líder do PSDB também registrou diversas outras denúncias de corrupção no governo federal publicadas em revistas semanais, destacando a liberação de vultosos recursos para obras, em seu entendimento, de fins eleitorais.

Virgílio classificou como “desleixada” a atitude do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com relação ao acompanhamento das investigações sobre as contas no exterior do publicitário Duda Mendonça, citando a reportagem “Marketing Bandido”, publicada pela revista *Veja*.

OPERAÇÃO TAPA-BURACOS – O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) referiu-se à operação tapa-buracos nas estradas iniciada há duas semanas pelo governo como mais uma tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “enganar o povo com vistas à sua reeleição”. Ele lembrou que a operação do Ministério dos Transportes foi reprovada até pelos empreiteiros. – É mais uma forma de malversação do dinheiro público por parte de um governo que, perdendo apoio popular, tenta enganar a população para ganhar novamente a Presidência da República. Mas o povo está esclarecido – enfatizou.

SIGILO BANCÁRIO – O projeto de lei do Senado (PLS 214/00) que cria novos mecanismos para coibir a corrupção dos agentes públicos pode ser incluído na pauta da convocação extraordinária, anunciou sua autora, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Os líderes partidários e o presidente do Senado, Renan Calheiros, concordaram com a inclusão, faltando apenas a aquiescência do presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Pelo projeto, ocupantes de cargos públicos não terão direito a sigilo bancário e deverão disponibilizar suas declarações de renda até três anos após deixarem a função ou mandato.

CARTA DO VICE – Romeu Tuma (PFL-SP) leu carta do vice-presidente da República, José Alencar, em que ele se defende de acusações feitas pela revista *Veja*, em dezembro. Tuma decidiu ler o texto em Plenário por acreditar que José Alencar “é um homem lutador”. O vice nega a acusação de que teria sido o responsável pelo ingresso do publicitário Marcos Valério no governo Lula e pergunta-se o que fez para merecer os adjetivos de “cara-de-pau”, “contraditório” e “hipócrito”, dados a ele pela revista. Ele afirma que sua atuação política é marcada pela luta contra os altos juros.

APOIO ÀS CRIANÇAS – A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) defendeu a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 393/05) que destina ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente o dinheiro público desviado ilicitamente mas recuperado pelo Estado. – Os recursos destinados a esses fundos não têm sido suficientes para garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois as dotações orçamentárias para eles têm sido irrisórias – justificou a senadora. A iniciativa da autora do projeto foi elogiada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

PLENÁRIO

Tebet é professor *honoris causa*

MOREIRA MARIZ



"O senador Tebet não merece nada, mas tem recebido tudo", disse o parlamentar, agradecendo a homenagem a Deus e aos colegas

A Mesa do Senado acolheu terça-feira requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) concedendo o título de professor *honoris causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Mantida pelo Senado, a instituição começou a funcionar durante a gestão de Tebet como presidente da Casa, em 2002.

Antero explicou que propôs a homenagem a pedido de um grupo de funcionários da Unilegis e que se entusiasmou com a idéia, por considerar Tebet "uma figura ética e de produção legislativa exemplar".

– O Brasil, para sair de onde está, precisa ter mania de educação. E a construção da Unilegis contribui muito para que o país tenha mania de educar.

Já o presidente do Senado e reitor da Unilegis, Renan Calheiros, afirmou que, em sua vida pública, teve a honra de conhecer grandes homens, "mas nenhum com envergadura maior que o senador Ramez Tebet". Ele

disse se sentir honrado com a amizade de Tebet, que considera seu irmão.

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), lembrou que Tebet foi o "grande incentivador" do projeto da Unilegis, "a primeira universidade do Legislativo no mundo".

Esforço em busca da conciliação e harmonia

Também usaram a palavra para apoiar a homenagem outros 36 senadores: Ney Suassuna (PB), Wellington Salgado de Oliveira (MG), Mão Santa (PI), Garibaldi Alves Filho (RN), Amir Lando (RO), Pedro Simon (RS), Sérgio Cabral (RJ) e Valdir Raupp (RO), pelo PMDB; Juvêncio da Fonseca (MS), Eduardo Siqueira Campos (TO), Eduardo Azeredo (MG), Alvaro Dias (PR), Leonel Pavan (SC), João Batista Motta (ES), Flexa Ribeiro (PA), Tasso Jereissati (CE), Arthur Virgílio (AM) e Lúcia Vânia (GO), pelo PSDB; Romeu Tuma (SP), Heráclito Fortes (PI), Marco Maciel (PE) e Jorge Bornhausen (SC), pelo

PFL; Flávio Arns (PR), Aloizio Mercadante (SP), Ana Júlia Carepa (PA), Delcídio Amaral (MS), Serys Slhessarenko (MT), Tião Viana (AC) e Eduardo Suplicy (SP), pelo PT; Osmar Dias (PR), pelo PDT; Antônio Carlos Valadares (SE) e Patrícia Saboya (CE), pelo PSB; Heloísa Helena (AL), pelo PSOL; Aelton Freitas (MG) e Magno Malta (ES), pelo PL; e Marcelo Crivella (RJ), pelo PMR.

Os discursos lembraram a biografia do político, o caráter conciliatório de Tebet e o papel que desempenhou na Presidência do Senado, buscando harmonizar a Casa num momento em que esta se encontrava dividida, após a renúncia do então presidente Jader Barbalho, em 2001.

Com o "coração enternecido", Tebet agradeceu aos colegas e a Deus. "Ninguém nesta Casa me supera num ponto: no agradecimento que eu tenho ao Criador, porque eu não conheço pessoa a quem Deus tenha dado tanto. O senador Tebet não merece nada, mas tem recebido muito."

CPI vai ampliar ofensiva contra lavagem

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse sexta-feira, em Plenário, que o relatório final dos trabalhos do colegiado será concluído até 15 de março. Em longo pronunciamento, que contou com apertes do presidente do Senado, Renan Calheiros, ele defendeu ainda a adoção de uma nova agenda pelo Legislativo, que incluía a conclusão da votação de matérias importantes como a reforma tributária.

Delcídio relatou encontro mantido, no mesmo dia, com os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, visando garantir à CPI o acesso a informações sobre movimentações de contas bancárias investigadas

no exterior. O senador anunciou que, além do resultado das investigações realizadas, o relatório final da comissão conterá propostas para enfrentar desafios como a lavagem de dinheiro.

O parlamentar elogiou as últimas decisões tomadas pelo Congresso Nacional, como do fim dos pagamentos extras nas convocações extraordinárias, e enumerou os "desafios" que vê pela frente. Entre esses desafios, Delcídio apontou a aprovação do projeto de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de propostas em tramitação nas duas Casas do Congresso que têm como objetivo a modernização da infra-estrutura nacional.

– Quero destacar minha con-

fiança no Congresso e dizer que, com essa agenda positiva, teremos papel preponderante na definição do futuro do Brasil – afirmou Delcídio.

Também em pronunciamento na sexta-feira, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) sugeriu que a CPI dos Correios dê continuidade às investigações realizadas pela CPI do Mensalão, cujos trabalhos já foram concluídos. A seu ver, a população ainda precisa ser esclarecida sobre o destino dos recursos que teriam sido utilizados em um esquema de compra de votos no Congresso.

– É essencial que o povo brasileiro saiba que senadores e deputados foram beneficiados pelo esquema fraudulento do mensalão – cobrou Heloísa.

Tourinho defende urgência para doações à infância

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu sexta-feira, em Plenário, a rápida aprovação pelo Senado de projeto de lei que facilita as doações aos fundos municipais, estaduais e federal em favor da infância e da adolescência. O parlamentar, que é relator da matéria, criticou as atuais normas da Receita Federal que, a seu ver, desestimulam as doações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

– Estamos vivendo um paradoxo, uma vez que a lei existe, mas a norma impede que ela seja colocada em prática – disse Tourinho, ao propor que o projeto (PLC 51/04) seja apreciado em regime de urgência já na próxima semana.

Entre as normas citadas por Tourinho, está a que proíbe doações por parte de empresas que optam pelo Imposto de Renda com base no critério de lucro presumido. Em aparte, ele recebeu apoio de Heloísa Helena (PSOL-AL).

Na condição de autor do projeto que regula o setor de gás natural, Rodolpho Tourinho reuniu-se sexta-feira, em seu gabinete, com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, com quem conversou na busca de consenso para que seja aprovada a melhor legislação para o país.

O parlamentar informou que, segundo o ministro, o interesse do governo federal é adotar uma lei que melhor atenda aos interesses nacionais.

Serys aponta resistência a medida antinepotismo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) denunciou na sexta-feira resistência de setores minoritários do Judiciário à decisão do Conselho Nacional de Justiça de acabar com o nepotismo – nomeação de parentes para cargos comissionados. No mesmo pronunciamento, a senadora sugeriu que o fim da remuneração aos parlamentares nas convocações extraordinárias do Senado e da Câmara dos Deputados seja adotado também nas assembleias legislativas e câmaras municipais.

Pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas para a Associação dos Magistrados Brasileiros mostrou que 70% dos juízes repudiam o nepotismo, segundo informações da página do Conselho Nacional de Justiça na Internet.

– Se o parente é competente, que faça concurso. Serys afirmou que é necessário também haver controle da remuneração dos desembargadores. Em alguns estados, segundo ressaltou, desembargadores tentam aumentar a remuneração por meio de subsídios aprovados pelas assembleias legislativas.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse que, apesar de o Congresso ter diminuído o número de vereadores em várias câmaras, somente duas dessas casas legislativas devolveram o dinheiro correspondente à redução das despesas.

Augusto elogia ações na área de educação

Augusto Botelho (PDT-RR) elogiou programas do governo, como o Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil (Fies). O senador também ressaltou que, graças ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quase 50 mil doutores brasileiros figuraram entre os cientistas cujos trabalhos foram citados em periódicos nacionais e do exterior, no período de 2000 e 2003. Saudou ainda a instalação da primeira comarca no município de Pacaraima (RR).

Sibá Machado repele críticas à atuação do Ibama

Sibá Machado (PT-AC) reagiu às críticas dirigidas na sessão de quinta-feira aos órgãos ambientais, sobretudo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), acusado de dificultar a concessão de licenças ambientais para projetos da área energética. Conforme o senador, os procedimentos adotados pelo Ibama observam a legislação aprovada pelo próprio Congresso. Sibá exaltou a atuação da ministra Marina Silva e aproveitou para provocar os críticos a darem consequência às suas cobranças, oferecendo sugestões para mudar a lei.

Jucá aponta concorrência desleal em RR

Romero Jucá (PMDB-RR) denunciou dificuldades que empresários de seu estado estão enfrentando diante da concorrência "desleal" aberta pela Zona Franca de Manaus. Os incentivos garantidos às empresas desse pólo atraem os consumidores para Manaus, afirmou ele. Além disso, as empresas abrem filiais em Roraima e vendem no mercado local produtos a preços mais baixos. Como resultado, advertiu, muitas empresas de Roraima estão fechando as portas. – Sou um apoiador da Zona Franca de Manaus, mas é preciso que os incentivos cheguem a todos os estados da Amazônia Ocidental.

Lobão comemora início de obras no Maranhão

Edison Lobão (PFL-MA) destacou o anúncio do início da construção da hidrelétrica de Estreito, na divisa entre Maranhão e Tocantins, bem como a liberação prévia, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para a conclusão do gasoduto Meio Norte, que interligará o Maranhão ao Piauí e Ceará. – A hidrelétrica é um dos maiores empreendimentos aguardados pelo Maranhão, tanto sob o aspecto econômico como pelo social. E o gasoduto visa garantir e facilitar o transporte de gás natural para o abastecimento do Piauí e Maranhão – observou.

Voz do Leitor

DESCOMPOSTURA

“Venho manifestar minha tristeza e vergonha pela cena que assisti em sessão plenária, pela TV Senado: um senador da República e um deputado federal, desfigurados pelo ódio aos berros: “Vou dar uma surra no Lula!” Isso é vergonhoso. Homens eleitos pelo povo dando esse espetáculo de violência ao invés de tratar os sérios problemas do país. Esses é que deveriam ser cassados pela falta de decoro parlamentar, pois perderam a compostura.”

Ana Carrera Botelho, de Maracanã (PA)

VEREADORES

“Sou contra a Resolução nº 21.702/04, do TSE, por considerar inadequado o número proporcional de vereadores proposto por ela. Sou favorável à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55-A/01, que altera a redação do artigo 29-A e acrescenta artigo 29-B à Constituição federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das câmaras de vereadores e dar outras providências. A PEC é mais justa e democrática.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

CRÍTICA AO GOVERNO

“Tenho 14 anos e gosto muito de ler o *Jornal do Senado*, pois gosto de política e, apesar de não saber muito, quero criticar essa corrupção que está acontecendo, sabendo que o povo brasileiro pode mudar isso. Não estou criticando o presidente. Devemos escolher bem os administradores de nosso país, pois quero que

o Brasil se torne justo e sem essa corrupção.”

Fábio Júnior Ferreira Braga, de Pentecoste (CE)

VOTO FACULTATIVO

“Senador César Borges, solicito a Vossa Excelência a criação de um projeto de lei para que seja feito um referendo, assim como o do desarmamento, para que o voto seja facultativo. Afinal, vocês querem ou não um país democrático?”

Abemor Menezes Junior, de Itapicuru (BA)

REFORMA POLÍTICA

“A reforma política não pode ficar a cargo dos próprios interessados. Sugiro uma emenda à Constituição que crie Assembléia Extraordinária, composta por representantes da sociedade, com competência exclusiva de estabelecer as regras eleitorais.”

Arnaldo Gomes Bianchini, de Monte Carmelo (MG)

EDUCAÇÃO

“Em nome da população pernambucana, peço que os senadores José Jorge, Marco Maciel e Sérgio Guerra invistam mais na educação, sobretudo no ensino médio.”

Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)

SERVIÇO

“Gostaria de agradecer ao *Jornal do Senado* pelo relevante serviço que presta à população brasileira apresentando reportagens sobre as matérias discutidas e aprovadas no Senado Federal, e o que elas mudam na vida da população brasileira.”

Jubson Simões, de Caicó (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

DÍVIDAS DE AGRICULTORES

Cláudio Nos, de Arroio do Meio (RS)

“Os bancos serão realmente obrigados a renegociar as dívidas dos pequenos agricultores?”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:



Prezado sr. Cláudio, a pergunta é muito abrangente e oferece dificuldades para uma resposta objetiva. Depende do tipo de dívida, se referente a custeio ou a financiamento de máquinas e implementos; e, ainda, das causas de inadimplência, estiagem ou outro motivo. Projeto de minha autoria já aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado determina que são impenhoráveis os tratores e máquinas agrícolas financiados (PLS 141/99). Se aprovado em definitivo, será um instrumento de justiça que beneficiará os pequenos agricultores.

DESEMPREGO

Samuel Gustavo Cruz Novaes, de Francisco Sá (MG)

“Senador Aelton Freitas, na sua opinião, qual a solução para se acabar com o desemprego no Brasil?”

O senador Aelton Freitas (PL-MG) responde:



Prezado Samuel, entendo ser preciso muito mais que um programa de governo para resolver o problema do desemprego no país, e defendo medidas mais enérgicas para mudar essa realidade enfrentada por milhares de brasileiros. É preciso que haja, acima de tudo, um esforço constante e conjunto por parte de governantes, legisladores e empresários para que o país possa gerar postos de trabalho no ritmo e na quantidade demandada pela nossa sociedade. A verdade é que o mercado de trabalho no Brasil tem se tornado cada vez mais excludente. Aos mais jovens, é implacável com a falta de experiência em carteira assinada. Já aos mais velhos, a idade é considerada muitas vezes um fator prejudicial, e eles enfrentam grandes obstáculos para permanecerem no mercado de trabalho ou retornarem a ele. Recentemente, em pronunciamento no Plenário do Senado, defendi a implementação de políticas mais efetivas voltadas à geração de empregos para os jovens. Pessoas na faixa etária de 16 a 24 anos enfrentam uma série de dificuldades para dar início à vida profissional e 46% dos jovens brasileiros estão à procura do primeiro emprego nas grandes metrópoles brasileiras. Uma possível solução seria incrementar uma política de estágios, onde haja garantias de uma remuneração mínima adequada ao jovem trabalhador, para que ele possa, além de obter o aprendizado profissional, ajudar desde estudante a sua família. Seria interessante ainda otimizar cada vez mais o aproveitamento de programas bem-sucedidos, como é o caso do Intermediação de Mão-de-Obra, do Sistema Nacional de Empregos (Sine), que já conseguiu trabalho para mais de 500 mil pessoas de 16 a 24 anos. Por outro lado, não basta investir no primeiro emprego, pois também devemos nos preocupar com o último emprego. Um projeto de lei de minha autoria (PLS 372/03) tem o objetivo de permitir às empresas deduzirem do Imposto de Renda despesas com salários pagos a empregados com mais de 40 anos.

Frases

“A sociedade quer isso? Ótimo. O Congresso reflete essa vontade e, se ela não for considerada, ele perde legitimidade”

Renan Calheiros, após a sessão que aprovou o fim do pagamento de salário extra a parlamentares.

“Está em curso uma conspiração contra o Congresso. Tentam colocá-lo no mesmo patamar rasteiro no qual se encontram os corruptos do governo e os partidos e parlamentares envolvidos nesse escandaloso processo de corrupção”

Almeida Lima, ao frisar que o Congresso deve se esforçar para reconquistar a credibilidade.

“Bachelet tem diversas características que poderiam tê-la impedido de se tornar presidente, como ser mulher, separada, socialista e agnóstica”

Serys Shlessarenko, comemorando a eleição da presidente eleita do Chile, Michelle Bachelet.

“Tem mais mistérios na Infraero, hoje, do que aviões de carreira no ar”

Paulo de Tarso Venceslau, ao afirmar que a empresa é comandada por Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula e patrocinador da Consultoria para Empresas e Municípios (Cpem).

“Essa operação tapa-buracos é, na verdade, uma operação tapa-buraco do caixa do PT”

Antero Paes de Barros, anunciando projeto de lei que proíbe doações eleitorais de empresas contratadas para obras públicas sem licitação.

“Nada me machucou mais do que vê-lo deitado na lama, assassinado como foi. Como o senhor pode fazer uma acusação dessa me conhecendo há tantos anos?”

Aloizio Mercadante, a Antonio Carlos Magalhães, que voltou a culpar o PT pelo assassinato de Celso Daniel.

“Eu não estou dizendo que o senhor matou, não. Seus correligionários mataram”

Antonio Carlos Magalhães, em resposta a Mercadante.

Foto da Semana

Em visita ao Congresso Nacional na quarta-feira, o presidente da Argentina, Néstor Kirchner (3º à esq.), participou de sessão solene que lotou o Plenário e contou com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. Parlamentares ressaltaram a aproximação do Brasil com a Argentina, além da recuperação econômica vivida pelo país vizinho



MOREIRA MARIZ

Rádio Senado debate novo rito para MPs

Nesta segunda-feira, o programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar às 12h30, abordará a proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs), um dos itens da pauta da convocação extraordinária, e que pode ir a voto nesta semana.

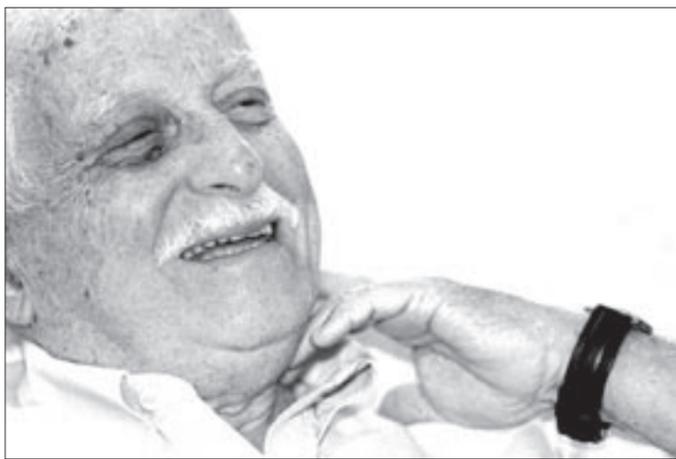
O objetivo da PEC 72/05 é agilizar a análise das MPs para evitar que elas obstruam a pauta da Câmara e do Senado e possibilitar sua transformação em projeto de lei caso não sejam aprovadas pelo Congresso.

Hoje, as MPs não apreciadas

em 45 dias trancam a pauta de votações onde estiver sendo examinada, o que tem provocado a paralisação das duas Casas.

Participe enviando perguntas pelo e-mail conexao@senado.gov.br, pelo telefone (61) 3311-1182, ou pelo fax 3311-2777.

Já o programa *Música do Brasil* homenageia a obra do compositor João de Barro, o Braguinha, no sábado, às 16h, com reprise no domingo, às 11h. Será apresentada uma entrevista concedida por ele em 1999, aos 93 anos, ao radialista Hélio Tiz, com a execução de marchinhas de Carnaval e sambas-canção



PATRICIA SANTOS/FOLHA IMAGEM

Entrevista na Rádio Senado com João de Barro, o Braguinha, traz também sucessos como *Chiquita Bacana* e *As Pastorinhas*

que o consagraram, entre eles *Chiquita Bacana*; *Pirata da Perua-de-pau*; *As Pastorinhas*, em parceria com Noel Rosa; *Cariñoso*, com Pixinguinha; e *Uma Andorinha Não Faz Verão*, com Alberto Ribeiro.

TV Digital no Repórter Senado

A TV Senado exhibe, na sexta-

feira, às 22h30, programa sobre a implantação do sistema de TV Digital no Brasil. Com reprise no sábado, às 16h e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h, o *Repórter Senado* sobre TV Digital vai explicar o funcionamento dessa tecnologia e como as universidades, o governo e a indústria estão trabalhando no desenvolvimento do sistema.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A revolução do povo no Norte do Brasil

ALEXANDRE GUIMARÃES

Quando, em meados do século 19, o cearense Urbano da Encarnação chegou às terras acreanas e iniciou-se o povoamento, os mapas bolivianos se referiam à região como "Tierras no Descubiertas". O aumento do prestígio e do preço da borracha na Revolução Industrial foi o princípio da contenda seringalista. De um lado, o governo da Bolívia, apoiado por norte-americanos e ingleses; de outro, brasileiros nortistas, sem apoio do governo federal.

O governo de Campos Sales (1898-1902), em dívida com as nações industrializadas, não se importou com as alterações na região e, extravagantemente, apoiou as reivindicações bolivianas.

Em 11 de julho de 1901, a Bolívia assinava contrato de arrendamento do Acre, por 20 anos, com um sindicato, o Bolivian Syndicate, formado por capitalistas norte-americanos e ingleses. O temor dos donos de seringais (seringalistas) fez com que articulassem uma revolta, com financiamento do governo do Amazonas, sob o comando

de Plácido de Castro, homem com experiência militar.

O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro, volume 56 das Edições do Senado Federal, trata dessa revolta – a Revolução Acreana – e de seu líder, que rapidamente soube organizar um exército de seringueiros. Iniciada a luta em Xapuri, em 6 de agosto de 1902, as tropas de

Castro triunfariam em 24 de janeiro de 1903, com a tomada de Puerto Alonso, atual Porto Acre. Declarou-se o Estado Independente do Acre.

Ao contrário do governo anterior, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) interessou-se

pela questão e pediu ao recém-nomeado ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, pelo início das negociações com o país vizinho.

A leitura de *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro* fascina e nos faz conhecedores da importante e, para muitos, ignota revolução travada pela força do povo, que culminou com a incorporação dessa bela região ao país pelo Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro* é o volume 56 das Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

TV Senado apoiará documentaristas

A TV Senado prepara-se para se associar ao I Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Ibero-Americano – DOCTV IB, direcionado para o intercâmbio cultural e econômico entre os povos da região.

Nesta segunda-feira, será iniciada em Brasília, na Academia de Tênis, a Oficina de Planejamento Executivo do Programa DOCTV IB. Durante o encontro, que acontece até quarta-feira, será preparada a realização de 15 concursos nacionais DOCTV IB.

Coordenada pelo secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil, Orlando Senna, a oficina tem a participação de TVs públicas dos 15 países associados

ao DOCTV IB (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Porto Rico, Cuba, México, Portugal e Espanha) e da Secretaria Executiva da Cinematografia Ibero-Americana – SECI.

Os melhores projetos de documentários (*scripts*) serão premiados com contratos de co-produção no valor de US\$ 100 mil. Os lançamentos estão previstos para o dia 1º de março, simultaneamente, nos países participantes.

Em algumas cidades, conforme a quantidade de emissoras públicas de TV, poderão ser escolhidos até três documentários. As TVs públicas que financiarem um documentário poderão colocar na sua grade de programação toda a

carteira de projetos premiados.

Os documentários da carteira DOCTV IB irão estreiar num circuito de televisão composto por mais de 25 canais dos países participantes, entre eles Canal Educativo del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de Argentina; Televisión Nacional de Chile – TVN; TVEO Canal 5, TV Ciudad e Canal 10, do Uruguai; TV Cultura e Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec, do Brasil; Venezolana de Televisión – VTV, da Venezuela; e Radio e Televisión de Portugal – RTP.

O DOCTV IB é um desdobramento do Programa DOCTV brasileiro que já está em sua terceira edição.

Itamaraty abre inscrições para concurso público

O Instituto Rio Branco, responsável pela seleção de interessados em ingressar na carreira diplomática, abre as inscrições para o concurso público do Itamaraty. Serão 105 vagas para o cargo de terceiro secretário, com salário inicial de R\$ 4.615,53.

O concurso terá três fases: a primeira, de caráter eliminatório, terá questões objetivas de Português, História, Geografia e Inglês. A segunda fase terá uma prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório. A terceira incluirá provas escritas de Inglês, Francês ou Espanhol, História do Brasil, Geografia, Política Internacional, Direito e Direito Internacional Público e Economia.

As inscrições estarão abertas até o dia 22, somente via Internet, no site <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>.

Músicos se manifestam por direitos autorais

Artistas e representantes das associações musicais fizeram manifestação no Senado contra o Projeto de Lei 532/03, que propõe o fim do pagamento de direitos autorais na execução pública de músicas constantes de trilhas dos filmes exibidos no Brasil. Entre os manifestantes, estavam os cantores e compositores Jair Rodrigues, Belchior, Walter Franco e Fernando Brant.

O projeto, de autoria do ex-senador João Capiberibe, já foi aprovado na Comissão de Educação (CE) e incluído na ordem do dia do Plenário no dia 12 de dezembro, não tendo sido apreciado em virtude da tramitação de medidas provisórias.

Segundo representantes de compositores, músicos e intérpretes, a cobrança de direitos autorais nos cinemas representa apenas R\$ 0,25 num bilhete de R\$ 10. Além disso, a cobrança já está incluída no preço do ingresso e sua extinção somente beneficiaria os exibidores cinematográficos.

Conheça o Senado

Embrião do Parlamento do Mercosul

Assim como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) foi igualmente instalada em dezembro de 1991. Desde então, teve papel fundamental na instalação do Parlamento do Mercosul, cujo protocolo de criação foi assinado em dezembro passado, em Montevideu, por chefes de Estado.

A seção brasileira da comissão, composta por senadores e deputados, reúne-se semestralmente em cidades brasileiras ou dos demais países do Mer-

cosul – Argentina, Uruguai e Paraguai.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) é o atual presidente da representação brasileira, que tem caráter de Comissão Mista do Congresso Nacional, e o senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde pela vice-presidência.

São membros natos os presidentes das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado e da Câmara dos Deputados.

Órgão representativo dos Parlamentos dos Estados membros

do Mercosul, a comissão tem caráter consultivo e deliberativo.

Entre suas atribuições, estão a de acompanhar o processo de integração e manter os Congressos Nacionais informados, emitir recomendações ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo do Mercado Comum sobre a formação do bloco, realizar estudos necessários à harmonização das legislações dos Estados membros, estabelecer relações com entidades privadas dos países membros e subscrever acordos de cooperação.



O senador Sérgio Zambiasi (2º à direita) preside a representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Dicas simples para segurança pessoal

A segurança pública é, a cada dia que passa, um dos serviços mais cobrados pela sociedade. Muitas vezes, os crimes podem ser evitados com precauções e cuidados simples. Há dicas que valem para todos os casos. Por exemplo, nunca grite nem discuta com assaltantes, pois o nervosismo poderá provocar uma atitude mais agressiva em seu desfavor; não encare diretamente o agressor, mas procure memorizar suas

características pessoais, forma de falar, trajas ou qualquer sinal que ajude a identificá-lo. E o mais importante: nunca reaja, pois sua vida e a de quem está com você valem mais do que qualquer outro bem. Comunique imediatamente a ocorrência à delegacia mais próxima.

Esta edição do *Especial Cidadania* traz sugestões de como agir em situações que possam representar riscos e telefones de emergência para esses casos.



JOÃO WAINER/FOLHA IMAGE

Ao atender estranhos, cidadãos mantêm portões de suas residências fechados

Como evitar situações de risco no dia-a-dia

Ao andar nas ruas

- ▶ Não ostente objetos de valor como relógios e jóias;
- ▶ Se sentir que está sendo seguido, entre em algum estabelecimento ou procure local mais movimentado;
- ▶ Carregue sua bolsa entre o braço e o corpo, mantendo a mão sobre o fecho. Pendure sua mochila à frente do corpo;
- ▶ Não pare a fim de atender pedidos que lhe despertem desconfiança. Procure ficar no centro da calçada e na direção contrária ao trânsito para perceber a aproximação de um veículo suspeito;
- ▶ Evite namorar em lugares solitários;
- ▶ Ao retornar, notando sinal estranho (porta arrombada, luzes acesas), não entre em casa, chame a polícia.

Orientar as crianças para

- ▶ Não aceitem presentes ou doces de pessoas que elas não conhecem;
- ▶ Não acreditem em estranhos que dizem trazer recado de seus familiares;
- ▶ Pedir socorro se forem seguidas por estranhos na rua;
- ▶ Não aceitem caronas de desconhecidos e, se forem chamadas por algum deles, não se aproximem.

Nas compras

- ▶ Procure não ir sozinho(a);
- ▶ Nunca deixe sua bolsa ou compras em local onde você não possa vê-las;
- ▶ Prefira horários de menor movimento;
- ▶ Evite carregar muitos pacotes para não ocupar as duas mãos;
- ▶ Não abra a carteira ou a bolsa na frente de estranhos;
- ▶ Tenha sempre à mão telefones úteis como polícia, corpo de bombeiros, hospitais e centrais de atendimento para bloqueio de cartões.

No banco e em caixas eletrônicos

- ▶ Proteja bem o dinheiro ou cheques ao efetuar depósitos;
- ▶ Nunca aceite ajuda de estranhos ao utilizar os caixas eletrônicos e não forneça sua senha nem a funcionários identificados;
- ▶ Ao digitar sua senha, mantenha o corpo junto ao teclado para impedir que seja vista por estranhos;
- ▶ Ao sair, certifique-se de que não está sendo seguido;
- ▶ Ao sair, se o pneu do seu carro estiver vazio, volte e confie seu dinheiro ao gerente e só então faça a troca.

No transporte coletivo

- ▶ Mantenha seus pertences na frente do seu corpo;
- ▶ Em ônibus com poucos passageiros, mantenha-se próximo ao motorista;
- ▶ Ande sempre com o dinheiro da passagem contado ou use vales-transporte;
- ▶ Desconfie sempre de estranhos de conversa envolvente;
- ▶ Evite ficar sozinho em pontos de ônibus;
- ▶ Nos metrô e trens urbanos

evite andar em vagões vazios, principalmente à noite.

No carro

- ▶ Nunca deixe chaves, documentos, talões de cheques ou objetos de valor dentro do carro;
- ▶ Estacione em locais vigiados por pessoas de confiança e, se possível, em locais iluminados e visíveis;
- ▶ Em locais que você não conhece, procure não hostilizar os guardadores de carro, mas nunca confie as chaves a manobristas de rua ou lavadores;
- ▶ Em estabelecimentos com manobristas, identifique-os com segurança e exija comprovante;
- ▶ Nunca dê carona a estranhos e não pare para auxiliar outros motoristas em locais ermos e/ou em horas avançadas;
- ▶ Ao perceber um carro seguindo o seu, dirija-se a um posto policial;
- ▶ Em cruzamentos ou semáforos, mantenha a primeira marcha engatada e fique alerta à aproximação de estranhos;
- ▶ Habitue-se a dirigir com os vidros fechados. Use o cinto de segurança e acione a trava interna das portas;
- ▶ Não pare para discutir pequenas batidas, principalmente à noite. Bandidos usam esse artifício como um pretexto para assaltar;
- ▶ Mantenha os documentos originais em casa, e circule com cópias autenticadas;
- ▶ Desconfie de estranhos que ofereçam ajuda se o carro apresentar defeito após permanecer estacionado em via pública.

Em eventos

- ▶ Ao levar crianças a grandes eventos, procure identificá-las com nome, endereço e telefone;
- ▶ Em estádios, evite discutir ou hostilizar torcedores contrários;

- ▶ Não aceite convites de desconhecidos que venha a encontrar na rua, em bares ou casas de diversão noturnas;
- ▶ Em uma festa ou reunião, espere por companhia de amigos para sair.

Em condomínios e edifícios

- ▶ Ao receber um prestador de serviços, peça ao funcionário que o atendeu o número do documento de identificação;
- ▶ Procure não deixar cópias de chaves na portaria;
- ▶ Fixe listas com telefones de emergência em pontos estratégicos do condomínio;
- ▶ Antes de abrir o portão, veja se não há estranhos por perto.

Em casa

- ▶ Ao contratar empregados domésticos, prefira os que apresentam referências idôneas e que possam ser confirmadas;
- ▶ Procure conhecer seus vizinhos e combine com eles medidas de auxílio mútuo;
- ▶ Ao atender estranhos, mantenha os portões fechados e a pessoa do lado de fora.

Ao viajar

- ▶ Deixe um número de telefone para contato com um vizinho de confiança;
- ▶ Peça a um parente para visitar sua casa periodicamente;
- ▶ Guarde jóias e dinheiro em cofres de bancos.

Nos terminais rodoviários, ferroviários, portos e aeroportos

- ▶ Não aceite ajuda de estranhos para carregar sua bagagem;
- ▶ Nos ônibus interurbanos, desconfie de passageiros que sobem fora dos pontos de parada e sem bagagem.

Fontes: Polícia do Senado Federal e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

Propostas sobre segurança pública em tramitação

Tramitam em conjunto no Senado duas propostas de emenda constitucional dispostas sobre a obrigatoriedade de aplicação da receita resultante de impostos na organização e manutenção dos órgãos de segurança pública. Os projetos proíbem o contingenciamento de verbas para o setor e estabelecem percentuais mínimos de investimentos ao ano. As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 60/05 e 22/01 foram apresentadas, respectivamente, pelos senadores

Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Já as PECs 21 e 22 de 2005, ambas de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), visam reestruturar os órgãos de segurança pública e criar a guarda nacional como órgão permanente da segurança pública.

Por sua vez, o PLS 310/03, apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES), altera a Lei que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para impor condição ao repasse

de recursos. Pelo projeto, só terão acesso aos recursos do FNSP os entes federados que tenham instituído, em seu âmbito, um plano de segurança pública e estejam integrados a um sistema nacional de informações, ou o município que mantenha guarda municipal. A proposta já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos e encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Informações

Polícia Militar: 190

Polícia Federal: 194

Polícia Civil: 197

Corpo de Bombeiros: 193

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu - primeiros socorros): 192

Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, sala 500 70064-900 Brasília-DF
Tels.: (61) 3429-3780, 3429-3854
www.mj.gov.br/senasp

Departamento de Polícia Federal (DPF)

Tel.: (61) 3429-3000

www.dpf.gov.br

Polícia Rodoviária Federal

Tel.: 191

www.dprf.gov.br

Secretaria de Segurança Legislativa / Polícia do Senado Federal

Praça dos Três Poderes - Anexo II - subsolo, Brasília - DF - 70165-900

Central de Operações (24h)
3311-4444

www.senado.gov.br